

2º CICLO  
MESTRADO EM ESTUDOS MEDIEVAIS

# **Um tombo Setecentista do mosteiro de São Salvador de Grijó. Contributos para a reconstituição de um cartório medieval**

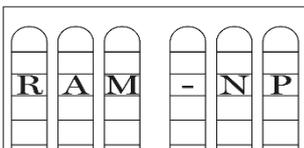
Ana Catarina Fernandes Pinto

# **M**

2023



Esta dissertação de mestrado é realizada no âmbito das atividades do projeto “A reconstrução de arquivos monásticos do norte de Portugal (da Idade Média ao século XIX) – RAM-NP” (Ref.ª EXPL/HAR-HIS/0535/2021), financiado exclusivamente pelo Orçamento de Estado, através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e ao abrigo do Concurso de Projetos de I&D em todos os domínios científicos – 2021.



Ana Catarina Fernandes Pinto

# **Um tombo Setecentista do mosteiro de São Salvador de Grijó. Contributos para a reconstituição de um cartório medieval**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pelo Professor Doutor Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral e pela Doutora Maria João de Oliveira e Silva Borges de Pinho

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2023

*Para o meu pai*

# Sumário

Declaração de honra .....	6
Agradecimentos .....	7
Resumo.....	8
Abstract .....	9
Índice de Figuras .....	10
Índice de Gráficos.....	11
Lista de abreviaturas e siglas.....	12
Introdução.....	13
1. O mosteiro de São Salvador de Grijó .....	17
2. A fonte.....	25
2.1. Contexto de produção.....	25
2.2. Estudo codicológico.....	29
2.3. Organização interna .....	37
2.3.1. Estudo diplomático .....	39
2.3.2. Formas de validação e outros elementos do documento original .....	45
2.3.3. Distribuição cronológica e contexto histórico .....	51
2.3.4. Testemunhas.....	58
2.3.5. Escreventes .....	65
Conclusão .....	71
Fontes.....	74
Bibliografia .....	74
Anexos.....	78

## **Declaração de honra**

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 2023

Ana Catarina Fernandes Pinto

## **Agradecimentos**

Quis o destino, uma mera coincidência ou apenas a vida que, em 2022, surgisse a oportunidade de estudar o mosteiro onde os meus pais se casaram em 1991, alinhando-se perfeitamente com o meu interesse no estudo das comunidades monásticas medievais – “ouro sobre azul”, como o meu orientador classificou.

O primeiro agradecimento destina-se à Doutora Maria João Silva e ao Professor Doutor Luís Carlos Amaral, bem como a todos os investigadores envolvidos, pela inclusão neste projeto que tanto me ensinou e tantas experiências me forneceu – do Porto até Leeds e Cádiz.

Destaco em particular os meus orientadores por tudo o que aprendi com eles, entre debates de ideias e partilhas mais informais; por me apoiarem e guiarem com a maior amabilidade; por estarem sempre disponíveis para o rol de dúvidas, muitas vezes do tamanho do “Censual do bispo D. Pedro”; por personificarem o exemplo de como eu gostaria de trabalhar a História.

Agradeço ainda à minha família e às minhas amizades pelo apoio incondicional e pelo interesse que demonstraram num tema que inicialmente lhes parecia tão distante, mas que, pelas conversas partilhadas, contribuíram em grande escala para a realização desta dissertação de mestrado.

## Resumo

E se estudarmos a Época Medieval através de fontes modernas?

Realizada no âmbito do projeto *A reconstrução de arquivos monásticos do norte de Portugal (da Idade Média ao século XIX)* – RAM-NP (Ref.<sup>a</sup> EXPL/HAR-HIS/0535/2021), esta dissertação de mestrado em Estudos Medievais debruça-se sobre um tombo de 1749 do mosteiro de São Salvador de Grijó para recriar o seu arquivo e recolher a documentação desaparecida ao longo da sua secular história, particularmente a medieval.

As conclusões obtidas nesta análise revelarão como é possível conhecer a Idade Média através de uma fonte Setecentista. Que escritos medievais, conservados no seu arquivo, considerou a comunidade monástica grijoense relevantes para serem copiados no século XVIII? Para respondermos a esta questão, além da contextualização e do estudo codicológico, observaremos cada documento copiado para a recolha de quatro elementos que contribuirão igualmente para o respetivo enquadramento histórico e para a história do cenóbio: tipologia documental, data cronológica, formas de validação (testemunhas, sinais públicos, assinaturas, selos, quirografia) e escrevente.

Este tombo é composto pelo património escrito que define, justifica e legitima uma parte do património territorial do mosteiro de São Salvador de Grijó e servirá de esteio à nossa dissertação de mestrado.

**Palavras-chave:** tombo; mosteiro de São Salvador de Grijó; arquivo monástico; Idade Média; século XVIII.

## Abstract

What if we study the Middle Ages through Early Modern sources?

As a part of the project *The reconstruction of monastic archives in Northern Portugal (from the Middle Ages to the 19th century)* – RAM-NP (Ref.<sup>a</sup> EXPL/HAR-HIS/0535/2021), this dissertation for the master's degree in Medieval Studies studies a 1749 *tombo* of the monastery of São Salvador de Grijó to recreate its archive and collect documents that disappeared throughout its history, particularly the medieval ones.

The conclusions drawn from this analysis will reveal how it is possible to get to know the Middle Ages through an Early Modern source. What medieval writings, preserved in this archive, did the Grijó's monastic community consider relevant to copy in the 18th century? To answer this question, in addition to the contextualization and codicological study, we will look at each copy to identify four elements that will also contribute to the historical framework and specifically to the history of cenobium: type of document, chronological date, forms of validation (witnesses, public signs, signatures, seals, chirography) and scribe.

This *tombo* compiles the written patrimony that defines, justifies and legitimizes part of the territorial patrimony of the monastery of São Salvador de Grijó and it is the basis of our dissertation.

**Key-words:** tombo; monastery of São Salvador de Grijó; monastic archive; medieval ages; 18th century.

## Índice de Figuras

FIGURA 1 – FIOS DE COSTURA E ANOTAÇÕES NOS PRIMEIROS DOIS FÓLIOS EM BRANCO. ....	33
FIGURA 2 – RUBRICA DE LUÍS VELOSO DE MIRANDA NO CANTO SUPERIOR DIREITO. ....	34
FIGURA 3 – PRIMEIRO FÓLIO DO ÍNDICE. ....	35
FIGURA 4 – ENCADERNAÇÃO DO TOMBO. ....	37
FIGURA 5 – DOCUMENTO (FL. 105v, nº 5) COM UM DOCUMENTO INSERTO (FL. 106, nº 5.1) E OUTRO COPIADO NO FIM DO PRIMEIRO (FL. 108, nº 5 A). ....	39
FIGURA 6 – EXEMPLO DE UMA LISTA DE TESTEMUNHAS. ....	46
FIGURA 7 – EXEMPLOS DE CRUZES DE RÓBORA. ....	46
FIGURA 8 – EXEMPLO DE SUBSCRIÇÕES. ....	47
FIGURA 9 – REPRODUÇÃO DAS SUBSCRIÇÕES. ....	47
FIGURA 10 – REPRODUÇÃO DO SINAL DO BISPO CRESCÓNIO DE COIMBRA. ....	48
FIGURA 11 – REPRODUÇÃO DOS SINAIS DE TESTEMUNHAS. ....	48
FIGURA 12 – REPRODUÇÃO DE SIGLA LATINA. ....	48
FIGURA 13 – REPRODUÇÃO DE INVOCAÇÃO. ....	49
FIGURA 14 – INDICAÇÕES DE DÚVIDAS DE LEITURA FEITAS PELO COPISTA. ....	50
FIGURA 15 – ANOTAÇÕES DEIXADAS PELO COPISTA SOBRE O ESTADO DO PERGAMINHO. ....	51

## Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 – DATAÇÃO DOS DOCUMENTOS POR SÉCULOS.....	52
GRÁFICO 2 – MEMBROS DA COMUNIDADE DO MOSTEIRO DE GRIJÓ QUE TESTEMUNHAM DOCUMENTOS NO SÉCULO XIV. ....	62
GRÁFICO 3 – ESCRIVENTES DOS DOCUMENTOS COPIADOS NO TOMBO.....	66
GRÁFICO 4 – TIPOLOGIA DOS DOCUMENTOS COPIADOS NO TOMBO .....	93

## Lista de abreviaturas e siglas

A.N.T.T. .... ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

A.D.P. .... ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

RAM-NP ..... PROJETO “A RECONSTRUÇÃO DE ARQUIVOS  
MONÁSTICOS DO NORTE DE PORTUGAL (DA IDADE MÉDIA AO SÉCULO XIX)”

## Introdução

A presente dissertação de mestrado em Estudos Medievais insere-se no projeto exploratório *A reconstrução de arquivos monásticos do Norte de Portugal (da Idade Média ao século XIX)* – RAM-NP (EXPL/HAR-HIST/0535/2021), promovido pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Com o objetivo de recompor os arquivos dos mosteiros de Santo André de Rendufe e de São Salvador de Grijó, o projeto dedica-se ao estudo das notas marginais e dorsais dos documentos para perceber como foram organizados e ao estudo de inventários e tombos para resgatar o património escrito eventualmente perdido com o decurso do tempo.

Neste sentido, a nossa investigação debruça-se sobre um tomo da comunidade monástica de Grijó, datado de 1749. Sendo uma dissertação de mestrado com duração de um ano letivo, selecionou-se como objeto de estudo o primeiro de três volumes de documentação particular, compilados no século XVIII. Existem ainda outros dois da mesma cronologia, mas referentes a diplomas régios e pontifícios. Assim, o nosso ponto de partida é a centúria de Setecentos, a partir da qual olharemos para o passado e tentaremos recuperar a produção escrita da Idade Média – um método escolhido pelo projeto RAM-NP e que é pouco frequente na investigação histórica. Será que as cópias Setecentistas “eternizaram” documentação medieval atualmente desaparecida? Procuraremos a resposta a esta questão através da análise da fonte.

Relativamente à estrutura da dissertação, começamos por uma breve síntese da história do cenóbio, desde os seus primórdios até ao século XVIII. Para tal, recorreremos ao artigo *Tombo do Prior D. Afonso Esteves do Mosteiro de Grijó*<sup>1</sup>, à contextualização histórica presente na edição do cartulário *Baio-Ferrado* feita por Robert Durand<sup>2</sup>, às dissertações de mestrado de Luís Carlos Amaral<sup>3</sup>, José Augusto de Sotto Mayor Pizarro<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> ALARCÃO, Jorge de – “Tombo do prior D. Afonso Esteves do Mosteiro de Grijó”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XI, Vol. I, Coimbra: 1964, pp. 115-143.

<sup>2</sup> DURAND, Robert – “I. Description du cartulaire”, “II. Saint-Sauveur de Grijó au temps de la Reconquête” e “III. Le domaine de Saint-Sauveur au milieu du XII siècle”, in *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles)* (introduction et notes de Robert Durand). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971.

<sup>3</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV: estudo de gestão agrária*. Lisboa: Cosmos, 1994.

<sup>4</sup> PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *Os patronos do Mosteiro de Grijó (evolução e estrutura da família nobre – séculos XI e XIV)*. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, Lda, 1995.

e Marta Sofia Costa<sup>5</sup>, bem como à monografia de António Domingues de Sousa Costa<sup>6</sup>. De realçar também dois trabalhos de Inês Amorim sobre os mosteiros de Grijó<sup>7</sup> e de São Salvador da Serra<sup>8</sup>. Destacamos ainda a tese de doutoramento de Aires Gomes Fernandes sobre a Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho<sup>9</sup>, onde encontramos a única referência ao tomo que estudamos enquanto fonte de outra investigação. Contudo, o autor utilizou-o apenas para consultar alguns documentos e não o analisou por completo. Entre as fontes produzidas em Grijó, encontram-se atualmente editados o cartulário *Baio-Ferrado*<sup>10</sup> e o *Livro das Campainhas*<sup>11</sup>.

Em seguida, interpretámos o objeto de estudo nas suas duas vertentes: por um lado, é um tomo de 1749, compilado numa determinada conjuntura e com os seus propósitos; por outro, é um repositório de fontes medievais e modernas, copiadas na íntegra, possibilitando a sua análise. Desta forma, em primeiro lugar, abordámos a fonte enquanto exemplar de *libri copiarum* Setecentista, traçando o enquadramento histórico, complementado pela transcrição do seu termo de encerramento, e elaborando o estudo codicológico. Depois, examinámos o conteúdo e organização interna, tendo em conta um conjunto de elementos, definidos para melhor compreender a documentação, aproximando-nos do seu contexto e aspeto original: tipologia documental, existência de sinais públicos, assinaturas, cruces de róbora, selos e/ou quirografia, data cronológica, testemunhas e escrevente. Tivemos ainda em conta os apontamentos localizados nas margens dos fólhos ou noutros locais do tomo, de

---

<sup>5</sup> COSTA, Marta Sofia – *A construção da memória como instrumento de legitimação do presente: em torno da Crónica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó por D. Marcos da Cruz (século XVII)*. Porto, 2016. Dissertação de mestrado realizada no âmbito do Mestrado em História e Património (Mediação Patrimonial), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>6</sup> COSTA, António Domingues de Sousa – *O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó (Vila Nova de Gaia)*. Vila Nova de Gaia: Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993.

<sup>7</sup> AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó. Senhorio e propriedade: 1560-1720 (formação, estrutura e exploração do seu domínio)*. Braga: Edição de Autor, 1997.

<sup>8</sup> AMORIM, Inês – “Conventos de Grijó e de S. Agostinho da Serra: sua importância na Geografia Económica da Época Moderna”. *Revista Gaya*, vol. 2 (1984), pp. 175-186.

<sup>9</sup> FERNANDES, Aires Gomes — *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média: dos alvares de trezentos à Congregação de Santa Cruz*. [Em Linha]. Coimbra, 2011. Tese de doutoramento em História, especialidade de História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

<sup>10</sup> *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles)* (introduction et notes de Robert Durand). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971.

<sup>11</sup> *Livro das campainhas: códice da segunda metade do século XIV: mosteiro de São Salvador de Grijó* (leitura e transcrição paleográfica por Jorge Alarcão; rev. do texto, índice e notas por Luís Carlos Amaral). Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986.

maneira a reunir o maior número de informações sobre os originais e sobre a preparação e organização interna deste volume.

Relativamente à metodologia, após a seleção da fonte e respeitando os objetivos do projeto RAM-NP, preparámos uma base de dados, onde se organizaram os dados recolhidos. O primeiro passo consistiu na transcrição do índice e, em seguida, examinaram-se todos os fólhos para associar as entradas do índice aos respetivos documentos e sumários. Em simultâneo, procedeu-se ao levantamento dos elementos supramencionados. O objetivo consistiu em fornecer uma imagem detalhada do tombo e, desta forma, evidenciar a documentação medieval que nele se pode encontrar.

De referir também que, ainda que componham um modo de validação, à semelhança dos sinais públicos, assinaturas, cruces de róbora, selos e quirografia, as testemunhas foram avaliadas de um outro prisma, com o intuito de apurar quem formava a comunidade monástica. O mesmo raciocínio foi aplicado na análise dos escreventes, mas numa tentativa de perceber o funcionamento do *scriptorium* grijoense. Terminada a investigação, avaliamos os dados recolhidos e o seu contributo para a história do mosteiro de São Salvador de Grijó.

No entanto, em relação ao nosso objeto de estudo, tivemos as devidas salvaguardas, já que muitas centúrias separam os originais e as respetivas cópias, o que dificultou a tarefa do copista, seja pela degradação dos pergaminhos e papéis, seja pelo vocabulário e caligrafia. Além disso, a documentação incluída neste volume representou, em primeira instância, um mecanismo de gestão patrimonial do mosteiro e posteriormente foi selecionada e compilada de maneira intencional. Se houve uma seleção, terá havido informação não abrangida à qual não temos acesso, pois a instituição não a considerou pertinente para a sua própria história no contexto da produção deste tombo. Desta forma, a fonte em estudo fornece, obrigatoriamente, uma visão restrita do passado. Torna-se ainda mais limitada por não conseguirmos aplicar, neste momento, a mesma metodologia a todos os cinco tombos elaborados em Grijó no século XVIII, o que eventualmente significará que questões levantadas nesta dissertação de mestrado poderiam ser melhor formuladas (ou até respondidas) se o tempo permitisse um estudo comparativo dos referidos volumes.

Assim sendo, procuramos que o percurso seguido nesta investigação permita reconstruir uma imagem do que existiu no arquivo monástico de Grijó, se e quando

desapareceu, mas que teve relevância para ser copiado na centúria de Setecentos. Caso a metodologia aplicada se revele frutífera, um estudo futuro que abarcasse os cinco tomos deste período possibilitaria uma perspectiva mais completa do património escrito do mosteiro de São Salvador de Grijó.

## 1. O mosteiro de São Salvador de Grijó

Os irmãos Guterre e Ausendo Soares fundaram o mosteiro de São Salvador de Grijó em 922. Esta é a única informação conhecida até à segunda metade do século XI. No cartulário *Baio-Ferrado*, os três escritos anteriores a este período não fornecem informações sobre a vida da comunidade<sup>12</sup>. Até à intervenção da família patronal, tratar-se-ia simplesmente de uma pequena igreja, cuja fundação se enquadrava “perfeitamente na tradição dos pequenos mosteiros familiares do monaquismo ibérico anterior à reforma cluniancense”<sup>13</sup>.

Em 1093, Soeiro Fromarigues doou várias propriedades ao cenóbio e reconstruiu a igreja, sagrada pelo bispo Crescónio de Coimbra<sup>14</sup>. A partir da década de 1070, este cavaleiro havia acumulado terras e, juntamente com o protetorado monástico, sedimentou o seu prestígio social<sup>15</sup>. As doações a Grijó não terminam com a sua morte, sucedendo-lhe a esposa, Elvira Nunes, e os filhos, entre os quais se destaca o mais velho, Nuno Soares. É pela influência deste na corte de D. Teresa como seu *armiger* que, em 1128, a condessa outorgou a carta de couto de Grijó<sup>16</sup>.

A partir da década de 1130, sucedem-se outros acontecimentos relevantes para o mosteiro: a adoção da regra dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho; a isenção da jurisdição episcopal pelo bispo Bernardo de Coimbra; a atribuição dos direitos que a família patronal reunia sobre nove igrejas, incluindo a de Grijó, bem como a carta de couto de Brito, seguida da de Tarouquela em 1142, ambas outorgadas por D. Afonso Henriques<sup>17</sup>. Segundo Saul António Gomes, nesta centúria, São Salvador de Grijó torna-se no núcleo dos cónegos regrantes no Entre Douro e Minho, à semelhança do que acontecia com Santa Cruz de Coimbra a sul do rio Douro. Porém, no Entre Douro e Minho, seriam “comunidades muito modestas e em crise de sobrevivência no momento da sua opção pela vida canonical”<sup>18</sup>. Os cónegos regrantes contrabalançam a pregação, a caridade e a assistência. Estão associados à cultura e à construção da identidade da

---

<sup>12</sup> DURAND, Robert – “II. Saint-Sauveur de Grijó au temps de la Reconquête”..., p. XXII a XXIV.

<sup>13</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó...*, p. 33.

<sup>14</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó...*, p. 169.

<sup>15</sup> COSTA, Marta Sofia – *A construção da memória...*, p. 61.

<sup>16</sup> PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *Os patronos do Mosteiro de Grijó...*, p. 281.

<sup>17</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó...*, pp. 170 e 171.

<sup>18</sup> GOMES, Saúl António – “Cónegos Regrantes de Santa Cruz”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 430.

monarquia e do reino de Portugal, dada a proximidade existente entre Santa Cruz e D. Afonso Henriques, sendo estes religiosos os responsáveis pela elaboração dos primeiros anais e crônicas<sup>19</sup>.

Assim sendo, com os acontecimentos supramencionados, a comunidade monástica grijoense dispunha de uma conjuntura mais favorável ao seu desenvolvimento, à semelhança do que se passava nos outros mosteiros de cónegos regrantes. Aires Gomes Fernandes caracteriza as centúrias de Duzentos e Trezentos como uma fase “de afirmação e crescimento da Ordem dos cónegos regrantes de Santo Agostinho em Portugal, enquanto que o século XIV e parte do XV pode ser encarado como um período de alguma estabilidade, ao invés da segunda metade do século XV e XVI em que se entra num período de declínio”<sup>20</sup>.

Não obstante, apesar de estar em crescimento, Grijó continuava dependente da família patronal que se multiplicava a cada ano. As dificuldades agudizaram-se na segunda metade de Trezentos, quando a comunidade se reajustava perante um contexto de crise social e económica. Em 1365, contavam-se 215 naturais, todos beneficiários dos direitos de padroado, o que se tornou incomportável para estes cónegos regrantes<sup>21</sup>. Até então, a relação terá sido pacífica, mas, nesse ano, o mosteiro tomou uma posição: em maio, recorreu ao poder régio e D. Pedro I decretou a substituição do pagamento dos direitos de padroado em géneros por dinheiro<sup>22</sup>. A 29 de junho, decorreu uma “assembleia judiciária (...) na qual foram determinadas as quantias que, de então em diante, se haveriam de dar aos naturais por suas comedorias, cavalarias e casamentos”<sup>23</sup>. Desta assembleia resultou uma ata, à qual se juntaram outros documentos, compondo, assim, o códice conhecido como *Livro das Campainhas* (1365). Seguiu-se a elaboração de um inventário com as rendas, foros e contratos do mosteiro de Grijó, a pedido do respetivo prior, D. Afonso Esteves – *Tombo do Prior D. Afonso Esteves* (1366)<sup>24</sup>. Os códices

---

<sup>19</sup> GOMES, Saúl António – “Cónegos Regrantes de Santa Cruz”..., pp. 429 e 430.

<sup>20</sup> FERNANDES, Aires Gomes — *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho...*, p. 22.

<sup>21</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó...*, pp. 171 e 172.

<sup>22</sup> FERNANDES, Aires Gomes — *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho...*, p. 32.

<sup>23</sup> ALARCÃO, Jorge de, AMARAL, Luís Carlos – “Apresentação”, in *Livro das campainhas: códice da segunda metade do século XIV: mosteiro de São Salvador de Grijó* (leitura e transcrição paleográfica por Jorge Alarcão; rev. do texto, índice e notas por Luís Carlos Amaral). Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986, p. 8.

<sup>24</sup> ALARCÃO, Jorge de – “Tombo do prior D. Afonso Esteves do Mosteiro de Grijó”..., p. 120.

simbolizam e contribuem, em simultâneo, para a mudança administrativa que ocorria no interior desta comunidade no século XIV<sup>25</sup>.

No entanto, a situação pela qual passava São Salvador de Grijó nesta cronologia não era exclusiva deste cenóbio. Como mencionado, numa perspetiva geral, as comunidades de cónegos regrantes atravessaram fases de crescimento, estabilidade e declínio em cronologias próximas. Contudo, nestas etapas, cada mosteiro estava numa situação particular, interligada com o seu poder e projeção (ou falta de). No final da centúria de Trezentos, Grijó, “a maior canónica do Norte do País”<sup>26</sup>, não tinha homens suficientes para rezar as horas e missas e dar os sacramentos, como explica Aires Gomes Fernandes. Em alguns mosteiros da diocese de Braga, no século XV, a falta de cónegos foi razão para extinção ou transformação em igrejas paroquiais. Santa Cruz de Coimbra e São Vicente de Fora não foram tão impactados por este problema<sup>27</sup>.

Mas também não era apenas a Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho que atravessava dificuldades no final da Idade Média. A par do contexto de crise social e económica, decorrente do período da Peste Negra, as questões espirituais e de disciplina no monaquismo em geral geraram a atenção do papado, sucedendo-se reformas nas centúrias de Trezentos, Quatrocentos e Quinhentos<sup>28</sup>. Inês Amorim refere-se a um “desregramento (...) que identifica a vida espiritual e material das comunidades religiosas ao longo dos sécs. XIV, XV e inícios do XVI”<sup>29</sup>. Para se fortalecerem, principalmente perante uma monarquia com pretensões de centralização de poder, as ordens regulares formaram congregações, como é o caso dos cruzios<sup>30</sup>.

Desde o início do século XVI, o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra sentiu de perto a interferência régia, com a presença da família real no interior do cenóbio, desempenhando a função de prior-mor<sup>31</sup>, como é exemplo o cardeal D. Henrique. Esta é uma figura de peso na História Quinhentista portuguesa, destacando-se, neste contexto, o seu papel na Igreja. Revelou-se particularmente interessado no Concílio de Trento

---

<sup>25</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó...*, p. 27.

<sup>26</sup> FERNANDES, Aires Gomes — *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho...*, p. 196.

<sup>27</sup> FERNANDES, Aires Gomes — *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho...*, pp. 258 a 260.

<sup>28</sup> FERNANDES, Aires Gomes — *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho...*, p. 30.

<sup>29</sup> AMORIM, Inês — *O Mosteiro de Grijó...*, p. 18.

<sup>30</sup> GOMES, Saul António — “Cónegos Regulares de Santa Cruz”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) — *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 435-436.

<sup>31</sup> GOMES, Saul António — “Cónegos Regulares de Santa Cruz” ..., p. 435.

desde a primeira sessão (1545) e, durante a sua regência, aplicaram-se os respetivos decretos. Desta forma, estará associado à reforma das ordens religiosas na segunda metade do século XVI. Contudo, tentativas de renovação monástica prolongavam-se desde o reinado de D. Duarte (ou até anteriormente) e, apesar dos esforços de D. Manuel I, só se efetivaram com D. João III, ladeado pelos irmãos D. Henrique, D. Afonso e D. Luís<sup>32</sup>.

O reinado deste monarca ficou marcado por novidades e reformulações a vários níveis, de que é exemplo o numeramento de 1527, que consistia num recenseamento dos habitantes do reino de Portugal. Quando, neste ano, a corte régia se encontrava em Coimbra, o monarca tomou outras duas medidas que se interligam, pois, ambas têm impacto no ensino superior português: o restabelecimento da Universidade nesta cidade e a reforma da comunidade de Santa Cruz<sup>33</sup>, “dela encarregando o monge jerónimo Frei Brás de Barros, e reintroduzindo os estudos no mosteiro crúzio”<sup>34</sup>. Na verdade, no início do ano, o prior claustral de Santa Cruz já tinha tentado, sem sucesso, implementar mudanças por causa de “alguns actos de indisciplina, relaxação e conflituosidade entre os cónegos”<sup>35</sup>.

A reforma monástica em Coimbra ocorreu no período em que o cardeal D. Henrique era comendatário do cenóbio<sup>36</sup>. As comendas, benefícios monetários ou cargos, vulgarizam-se no século XV, consistindo em mais uma despesa que as comunidades de cónegos regrantes acumulavam e em mais uma forma de poderes externos, nomeadamente o régio, se introduzirem no cenóbio<sup>37</sup>. Esta situação agudizou-se com a possibilidade de acumulação de comendas, sendo que os comendatários eram regularmente figuras ausentes. Em 1452, a pedido de D. Afonso V, o papa Nicolau V proibiu “a entrega dos mosteiros beneditinos e agostinhos a comendatários destruidores, devendo ser antes entregues a pessoas sábias e que tenham professado nessas ordens”<sup>38</sup>. Porém, esta situação, prejudicial para a vida claustral, perdurou. Na

---

<sup>32</sup> POLÓNIA, Amélia – *D. Henrique. O cardeal-rei*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005, pp. 82 e 88 a 90.

<sup>33</sup> BUESCU, Ana Isabel – *D. João III: 1502-1557*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005, pp. 190, 191 e 199.

<sup>34</sup> BUESCU, Ana Isabel – *D. João III...*, p. 199.

<sup>35</sup> FERNANDES, Aires Gomes — *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho...*, p. 53.

<sup>36</sup> FERNANDES, Aires Gomes — *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho...*, p. 53.

<sup>37</sup> GOMES, Saul António – “Cónegos Regulares de Santa Cruz” ..., p. 435.

<sup>38</sup> FERNANDES, Aires Gomes — *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho...*, p. 38.

verdade, D. Henrique é um dos exemplos mais expressivos de acumulação de comendas<sup>39</sup>.

No contexto da reforma em Santa Cruz, foi preparado o *Livro das Constituições e Costumes que se guardam em Santa Cruz, feitas e publicadas em 1532*<sup>40</sup>. Não obstante, nem todos os religiosos aceitaram de bom grado esta reforma, apelidando-se de “cónegos velhos”<sup>41</sup> aqueles que permaneceram na comunidade, já que houve alguns que a abandonaram no decurso da intervenção de D. Frei Brás de Barros<sup>42</sup>.

Com a adoção dos ‘novos’ preceitos por parte dos restantes mosteiros de cónegos regrantes, estendendo-se assim o movimento reformista, o papa Paulo IV oficializou a Congregação de Santa Cruz em 1556. Nas palavras de Saul António Gomes, “a modernização da Ordem dos Cónegos Regrantes pressupunha a sua organização institucional em sistema congregacionista”<sup>43</sup>. Continuará a existir um prior em cada cenóbio, mas o seu cargo seria trienal e responderia ao prior geral, pertencente a Santa Cruz<sup>44</sup>. Ainda durante o século XVI, na Congregação, estimulou-se o culto das relíquias, tendo São Salvador de Grijó, por exemplo, recebido relíquias oriundas de Santa Cruz em 1589. Na centúria seguinte, desenvolveu-se a produção cronística, valorizando-se, desta forma, a história de cada comunidade<sup>45</sup> – destacamos em particular a *Crónica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó* por D. Marcos da Cruz<sup>46</sup>.

Além das mudanças sentidas enquanto membro da Ordem dos Cónegos Regrantes, Grijó passaria individualmente por outra(s). Em 1538, iniciou-se a construção de um novo mosteiro em Quebrantões, Vila Nova de Gaia, para onde se deslocou a comunidade grijoense em 1542. Entre as razões para tal acontecimento, apontam-se as parcas condições do primeiro convento, mas também a aproximação à cidade do Porto. No contexto da reforma dos crúzios, enquanto se estabelecia uma ligação mais forte entre os mosteiros de Grijó, Santa Cruz de Coimbra e São Vicente de Fora (ambos

---

<sup>39</sup> FERNANDES, Aires Gomes — *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho...*, p. 37.

<sup>40</sup> AMORIM, Inês — *O Mosteiro de Grijó...*, p. 20.

<sup>41</sup> GOMES, Saul António — “Cónegos Regulares de Santa Cruz” ..., p. 435.

<sup>42</sup> COSTA, Marta Sofia — *A construção da memória...*, p. 36.

<sup>43</sup> GOMES, Saul António — “Cónegos Regulares de Santa Cruz” ..., p. 436.

<sup>44</sup> FERNANDES, Aires Gomes — *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho...*, pp. 36 e 53.

<sup>45</sup> GOMES, Saul António — “Cónegos Regulares de Santa Cruz” ..., p. 436.

<sup>46</sup> Sobre esta crónica, cf. COSTA, Marta Sofia — *A construção da memória como instrumento de legitimação do presente: em torno da Crónica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó por D. Marcos da Cruz (século XVII)*. Porto, 2016. Dissertação de mestrado realizada no âmbito do Mestrado em História e Património (Mediação Patrimonial), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

localizados dentro das urbes), deslocou-se o primeiro do campo para a cidade<sup>47</sup>. Como sugere Inês Amorim, parece um prenúncio do que viria a ser decretado durante o Concílio de Trento (1545-1563)<sup>48</sup>. Perante o surgimento do protestantismo, com epicentro no mundo urbano, o clero secular e regular deveria fornecer aos fiéis um «acompanhamento pastoral através da pregação e da direcção de consciência, mas também uma mais severa vigilância da sua vida e costumes»<sup>49</sup>, de forma a afastar a heresia. Para tal, era urgente a sua presença nas cidades<sup>50</sup>.

Em 1564, em capítulo geral da Congregação de Santa Cruz, decidiu-se o retorno dos cónegos grijoenses à sua primeira casa<sup>51</sup>. Tal mudança foi solicitada ao papa Pio V e por ele autorizada<sup>52</sup>. Separados os mosteiros, repartiram-se também as rendas, mas o mosteiro de Santo Agostinho da Serra viu as suas posses incrementadas em 1566. Ficou com o couto de Aradas e a jurisdição eclesiástica de Milheirós de Poiares, Anta, Gândara, Mozelos, Madalena, Santo André de Canidelo e S. Pedro de Fins. Ao mosteiro de Grijó, pertenciam os coutos de Grijó, Brito e Tarouquela, bem como a jurisdição eclesiástica de S. Martinho de Argoncilhe, S. Mamede de Serzedo, S. Salvador de Perosinho, S. Salvador de Grijó, S. Miguel de Travassô, Santa Eulália de Eirol e S. Martinho de Travanca<sup>53</sup>.

A divisão não aparenta ter prejudicado este cenóbio, pois, como veremos pela análise do tombo, a comunidade continuará a incrementar o seu património e alargará a cerca no final do século XVI. A sua importância no Norte de Portugal permaneceu – em 1620, D. Rodrigo da Cunha referiu que tinha *jurisdição quasi episcopal*<sup>54</sup>. Nesta altura, a comunidade seria composta por mais de 20 cónegos regantes, número que duplicaria até 1688<sup>55</sup>.

---

<sup>47</sup> AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó...*, pp. 21 a 26.

<sup>48</sup> AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó...*, p. 21.

<sup>49</sup> POLÓNIA, Amélia – “A recepção do Concílio de Trento em Portugal”, in GOUVEIA, António Camões, BARBOSA, David Sampaio, PAIVA, José Pedro (coord.) – *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2014, p. 57.

<sup>50</sup> POLÓNIA, Amélia – “A recepção do Concílio de Trento em Portugal” ..., pp. 41 a 43.

<sup>51</sup> COSTA, António Domingues de Sousa – *O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó...*, p. 102.

<sup>52</sup> ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal* (preparada e dirigida por Damião Peres). Volume II. Porto: Portucalense/Civilização, 1968, p. 138.

<sup>53</sup> AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó...*, pp. 25 e 26.

<sup>54</sup> *Relação de D. Rodrigo da Cunha de 10/10/1620, em Sacra Congregatione Concilii, Relationes, nº 660*, citado em COSTA, António Domingues de Sousa – *O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó (Vila Nova de Gaia)*. Vila Nova de Gaia: Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993, p. 104.

<sup>55</sup> COSTA, António Domingues de Sousa – *O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó...*, pp. 104 e 105.

Em menos de um século, este panorama de prosperidade alterar-se-á. No reinado de D. José I, Portugal não mantinha a melhor relação com a Santa Sé. Viviam-se tempos influenciados pelo iluminismo francês, pela “sujeição” da Igreja ao Estado, e esta corrente provocou, em particular, “a crítica às ordens religiosas, a diminuição dos ingressos nas mesmas e os intentos de reformá-las”<sup>56</sup>. O primeiro passo para a rutura entre o reino e Roma foi a expulsão dos jesuítas em 1759, apoiada por Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal e ministro de D. José. Progressivamente, ao longo das décadas seguintes, o rei interferia cada vez mais na vida religiosa. Por exemplo, a sua aprovação tornou-se necessária para aplicar os decretos papais<sup>57</sup>.

A Real Mesa Censória foi instaurada em abril de 1768<sup>58</sup>. Em novembro, D. Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra e cónego regrante, publicou uma pastoral em que indicava os livros cuja leitura considerava danosa para a Igreja. No mês seguinte, o marquês de Pombal ordenou a sua detenção, pois acreditava que havia sido uma forma de revolta “contra a autoridade real, invadindo as atribuições da Real Mesa Censória, a quem incumbia o exame e a censura”<sup>59</sup>. O supramencionado bispo era um dos representantes da jacobea, movimento religioso seguido pelos cónegos regrantes de Santo Agostinho desde a década de 1720, na sequência da reforma solicitada por D. João V no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (depois estendida às restantes comunidades, incluindo São Salvador de Grijó) e executada pelo jacobeu Frei Gaspar da Encarnação<sup>60</sup>. O movimento aspirava atingir a “maior perfeição espiritual, sem transcurar as obrigações da própria Regra”<sup>61</sup>.

Contudo, apesar de atrair vários apoiantes, a jacobea foi igualmente alvo de muitas críticas, destacando-se a acusação de prática de sigilismo<sup>62</sup>, pois, “dizia-se que na confissão o confessor jacobeu não só ficava a conhecer os pecados do crente que se ajoelhava no confessionário, mas procurava também conhecer o eventual cúmplice dos

---

<sup>56</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *D. José. Na sombra de Pombal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006, p. 201.

<sup>57</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *D. José...*, pp. 134, 201 e 203.

<sup>58</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *D. José...*, p. 204.

<sup>59</sup> ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Vol. II..., p. 609.

<sup>60</sup> CASTRO, Zília Osório de – “Jacobea”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 5.

<sup>61</sup> COSTA, António Domingues de Sousa – *O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó...*, p. 108.

<sup>62</sup> Sobre esta problemática, cf. SILVA, António Pereira da – “Sigilismo”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, pp. 233-236.

mesmos”<sup>63</sup>, incentivando a denúncia. Antes da polémica em torno de D. Miguel da Anunciação, houve outras relacionadas com o sigilismo, mas, em 1768, o problema era mesmo o próprio movimento religioso<sup>64</sup>, já que os seus preceitos não coincidiam (e até colidiam) com o regalismo e despotismo iluminado, seguidos pelo marquês de Pombal, nomeadamente no que concerne à sobreposição do poder régio sobre a Igreja<sup>65</sup>.

Sebastião José de Carvalho e Melo considerava a jacobea uma ‘seita’, daí a perseguição e prisão de alguns religiosos e a extinção de casas monásticas<sup>66</sup>. Não devemos esquecer ainda que este ministro foi “um crítico do número excessivo de religiosos existentes em Portugal”<sup>67</sup>. Desta forma, rapidamente se procedeu à dissolução de algumas destas comunidades, perante a difícil conjuntura vivida no rescaldo do terramoto de Lisboa de 1755, mas também pelo próprio desregramento existente na vida claustral<sup>68</sup>.

Em 1770, D. José I solicitou ao papa Clemente XIV a dissolução de nove das 13 comunidades de cónegos regrantes existentes em Portugal, anexando-as ao convento de Mafra, para onde se deslocaram em abril do ano seguinte. Segundo Fortunato de Almeida, “ficou a El-Rei o padroado do convento, assim transformado em mosteiro de cónegos regrantes; igualmente lhe foi concedido o direito de nomear o prior, o vigário e os quatro conselheiros”<sup>69</sup>. Desta forma, o poder régio imiscuía-se no controlo da vida religiosa. De lembrar ainda que o caso de D. Miguel da Anunciação tinha acontecido pouco tempo antes (dezembro de 1768) e que o bispo só viria a ser libertado em 1777<sup>70</sup>.

O mosteiro de São Salvador de Grijó foi uma das comunidades que passou a integrar o convento de Mafra. Estes cónegos regrantes registaram por escrito “os bens móveis que lhes pertenciam enquanto religiosos, bem como os que deixaram como utensílios e alfaias do culto, que eram pertença da respectiva igreja, a funcionar como templo dos paroquianos da freguesia”<sup>71</sup>. Data de 1770 um auto de sequestro que elenca

---

<sup>63</sup> CASTRO, Zília Osório de – “Jacobeia” ..., p. 6.

<sup>64</sup> CASTRO, Zília Osório de – “Jacobeia” ..., pp. 6 e 7.

<sup>65</sup> RAMOS, Luís de Oliveira Ramos – “Iluminismo”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 418.

<sup>66</sup> GOMES, Saul António – “Cónegos Regulares de Santa Cruz” ..., p. 437.

<sup>67</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *D. José...*, p. 201.

<sup>68</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *D. José...*, pp. 207 e 208.

<sup>69</sup> ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Vol. III..., p. 95.

<sup>70</sup> ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Vol. II..., p. 615. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Vol. III..., pp. 94 e 95.

<sup>71</sup> COSTA, António Domingues de Sousa – *O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó...*, p. 111.

os livros e documentos pertencentes ao cartório grijoense<sup>72</sup>, atualmente conservado no Arquivo Distrital do Porto<sup>73</sup>.

Com o marquês de Pombal afastado desde 1776<sup>74</sup>, a 21 de fevereiro de 1777, D. José I perdoou e libertou D. Miguel da Anunciação, apoiado pela futura D. Maria I<sup>75</sup>. Posteriormente, em 1780, foi a rainha quem anulou a venda do mosteiro de Grijó e possibilitou o retorno desta comunidade no final do século, usufruindo dos mesmos bens e privilégios que outrora tivera<sup>76</sup>, até à sua derradeira extinção em 1834.

Elaborado duas décadas antes da primeira extinção, em 1749, o tombo, com que nos ocupamos no segundo capítulo, copia documentação relativa a uma parte do património escrito do mosteiro de São Salvador de Grijó.

## 2. A fonte

### 2.1. Contexto de produção

No século XVIII, o arquivo do mosteiro de São Salvador de Grijó sofreu uma reorganização, materializada na elaboração de tombos nos quais se (re)copiou a documentação produzida, recebida e conservada desde os primórdios do cenóbio. No Arquivo Nacional Torre do Tombo, encontram-se cinco tombos desta cronologia: um com documentação régia (1734)<sup>77</sup>, um com documentação pontifícia (1744 a 1761)<sup>78</sup> e três que formam a coleção *Duasonis e mais titulos de bens do mosteiro de Griyo*<sup>79</sup>.

Estudar estes tombos revela a importância que os documentos medievais ainda tinham para a comunidade em finais da Época Moderna e para o funcionamento do mosteiro no presente e no futuro. Quando o copista os transcreve, está a fazê-lo para o presente, mas também para o futuro, pois o seu objetivo é o mesmo que o dos seus

---

<sup>72</sup> COSTA, António Domingues de Sousa – *O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó...*, p. 113.

<sup>73</sup> A.D.P., K/18/4 – 77.

<sup>74</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *D. José...*, p. 227.

<sup>75</sup> ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Vol. II..., pp. 615 e 616.

<sup>76</sup> COSTA, António Domingues de Sousa – *O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó...*, p. 290.

<sup>77</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 46.

<sup>78</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 47.

<sup>79</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, 44 e 45.

antepassados medievais: preservar a memória, ou seja, o mesmo que o dos responsáveis pela compilação do cartulário *Baio Ferrado*<sup>80</sup>, por exemplo.

A nossa dissertação de mestrado incide sobre o primeiro tomo da coleção das doações e títulos de bens. O tempo não nos permite estudar os cinco tomos na íntegra<sup>81</sup>, mas consideramos que, para analisar um, é necessário ‘espreitar’ os outros, nomeadamente os dois que completam a referida coleção. Por este motivo, teremos em consideração os seus índices e termos de encerramento, contemporâneos à respetiva elaboração.

No Arquivo Nacional Torre do Tombo, o primeiro volume é denominado como *tombo de títulos de doações, compras, vendas, escambos, testamentos e outras coisas pertencentes à freguesia e couto de Grijó*, mas o seu conteúdo não se circunscreve apenas a este território. Verifica-se uma considerável atenção dada ao couto, mas também foram incluídos muitos documentos relativos a outras localidades em Vila Nova de Gaia, bem como em Aveiro, como veremos pelo levantamento dos títulos encontrados no tomo.

Se dúvidas subsistirem sobre a sua origem, a própria fonte Setecentista soluciona-as. Nos seus últimos fólios, à semelhança do que sucede nos outros dois volumes, encontramos um documento de 9 de abril de 1749 em que se explicita o processo de elaboração, bem como a coleção a que pertence. A iniciativa surgiu na sequência de um alvará régio, concedido à Ordem dos Cónegos Regulares de Santa Cruz de Coimbra, através do qual o mosteiro de São Salvador de Grijó obteve permissão para copiar alguma da sua documentação mais antiga. Manuel Joaquim Pereira do Vale, *baxarel formado na Faculdade dos Sagrados Canones*, foi o escolhido para a tarefa *por ser piritto em ler letras antigas*<sup>82</sup>.

De facto, o século XVIII revelou-se um momento de reorganização do arquivo monástico de Grijó. Contudo, consideramos que este processo já teria sido iniciado no século anterior, pelo menos. Em 1665, a pedido dos cónegos, o rei D. Afonso VI aceitou que o prior indicasse um homem para desempenhar a função de escrivão e tabelião

---

<sup>80</sup> Sobre este cartulário, veja-se *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles)* (introduction et notes de Robert Durand). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971.

<sup>81</sup> O primeiro tomo tem 395 fólios, o segundo tem 382 e o terceiro 357.

<sup>82</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 383.

público do mosteiro. De acordo com o alvará régio, os mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e o de São Vicente de Fora já tinham o seu oficial de escrita e agora seria a vez de Grijó<sup>83</sup>. No documento, está explícito que o *tombo e cartorio necessitava de hum homem pratico em fazendas e pratico em papeis que ordenasse o dito cartorio*<sup>84</sup>. O prior grijoense indicaria um homem que *fizesse o officio de tabaliã de todas as escripturas de arrendamentos, aforamentos, renovaçoens, e vendas de prazos que lhe heram foreiros e mais contratos de bens*<sup>85</sup>.

Será a nomeação de um tabelião público para o mosteiro o primeiro passo do movimento de reforma do arquivo monástico, mais tarde materializado na compilação de cinco tombos? Afirmar a importância de estarem *as ditas escripturas sempre certas em hum só tabalião*<sup>86</sup> parece indicar que a falta de um responsável único pela elaboração dos documentos dificultava a própria organização do cartório. Um tabelião destacado somente para a comunidade monástica de Grijó agilizaria, com certeza, todo o processo de escrita, desde a elaboração à arquivagem. Desta forma, em funções a partir de 1665, além de compor os documentos eventualmente solicitados pelos cônegos, o tabelião ao serviço de Grijó auxiliaria a comunidade na organização do seu cartório. Perto de um século volvido, em 1749, iniciar-se-ia um novo período de conservação dos escritos, copiando-se e compilando-se a documentação régia, pontifícia e particular em tombos.

Estas estratégias não eram novidade, nem no mosteiro de São Salvador de Grijó, destacando-se os exemplos medievais do cartulário *Baio Ferrado* e do *Livro Preto de Grijó*, nem no panorama nacional. Poderá correlacionar-se a nomeação de um tabelião público para o cenóbio com os preceitos saídos do Concílio de Trento, nomeadamente o «de promover uma necessária e indispensável valorização dos territórios arquivísticos eclesiásticos»<sup>87</sup>. Vejamos o exemplo do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Além das iniciativas medievais de cópia e reunião de documentos em cartulários, logo em 1570, o seu cartório foi reorganizado graças a D. Berardo, cartorário de Santa Cruz, e o seu

---

<sup>83</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 46, fl. 70v a fl. 71v.

<sup>84</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 46, fl. 70v.

<sup>85</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 46, fl. 70v.

<sup>86</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 46, fl. 71r.

<sup>87</sup> GOMES, Saúl António – *In limine conscriptiones: documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*. Viseu: Palimage, 2007, p. 247.

*Reportório alfabetado*<sup>88</sup>. No princípio do século XVII, seguiu-se a nomeação de um tabelião público. Entre as décadas de 1740 e 1750, prepararam-se 20 tomos, fruto de «um novo ciclo de reforma arquivística»<sup>89</sup>. Através do termo de encerramento do tomo de 1749<sup>90</sup>, sabemos que, por *provisão de sua magestade concedida aos conigos regulares de Santa Cruz de Coimbra*, os mosteiros da Congregação puderam passar *a letra comua e ordinaria do prezente tempo* os documentos com *carateres embarasados que sam defecultosos de ler e munto mais o seram pelos tempos adiente*<sup>91</sup>.

Da Idade Média à Moderna, todos estes movimentos espelham a preocupação dos cónegos regantes com os seus documentos e o seu cartório – com a preservação da memória. Esta intenção está plasmada desde o cartulário *Baio Ferrado* até aos tomos do século XVIII. Nesse momento, o copista responsável resgata toda a documentação que o mosteiro de São Salvador de Grijó considera mais relevante e “conserva-a” em novos volumes. Referimo-nos objetivamente à documentação como a “mais relevante” aos olhos da comunidade monástica porque, com cerca de 900 anos de história, o mosteiro já teria recebido e produzido (mas também perdido) inúmeros registos escritos. No momento da compilação dos tomos, selecionou os documentos que queria incluir, o que significa naturalmente a supressão daqueles que não queria incluir. Por este motivo, estes volumes contam uma história ditada no momento da sua preparação, uma história contada pela própria comunidade através da seleção e organização dos documentos. Assim se constrói a memória.

Por este motivo, os arquivos podem revestir-se de uma dupla interpretação: se, por um lado, agilizavam a organização e gestão de uma determinada instituição, por outro, contribuía para criar uma imagem externa da mesma, imagem esta totalmente cravada pela própria instituição quando prepara o arquivo. Desta forma, compreende-se, no caso específico das comunidades monásticas, a contínua importância dada aos documentos fundacionais, pois relembram e justificam a sua origem<sup>92</sup>.

---

<sup>88</sup> GOMES, Saúl António – *In limine conscriptiones...*, pp. 437-438.

<sup>89</sup> GOMES, Saúl António – *In limine conscriptiones...*, p. 442.

<sup>90</sup> Cf. Anexo 2.

<sup>91</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 382v.

<sup>92</sup> BARRET, Sébastien – “Le mémoire et l’écrit: l’abbaye de Cluny et ses archives (Xe-XVIIIe siècle)”. *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre | BUCEMA* [En ligne]. 13 (2009), pp. 387-390. [Consult. 30/04/2023]. Disponível em <<http://journals.openedition.org/cem/11143>>, p. 4.

Consideramos que o alvo do nosso estudo, o tombo, pode ser entendido como um *miniarquivo*. Quando José Mattoso utilizou esta designação, referia-se a cartulários dos séculos XII e XIII, mas, como veremos, o tombo enquadra-se perfeitamente na explicação fornecida: “uma coleção de documentos copiados em códice, para servirem de provas aos direitos fundiários e jurisdicionais das instituições que os encomendaram e guardam”<sup>93</sup>.

## 2.2. Estudo codicológico

A fonte em análise encontra-se no fundo *Mosteiro do Salvador de Grijó* do Arquivo Nacional Torre do Tombo. Segundo o respetivo termo de encerramento, integra-se numa coleção com outros dois volumes, intitulada *Duasonis e mais tiitulos de bens do mosteiro de Griyo* e completada em 1749<sup>94</sup>. Totalizam 1 134 fólios<sup>95</sup>, o que nos leva a crer que a preparação dos tombos terá durado vários meses, no mínimo, pois foram copiados por uma só mão – a de Manuel Joaquim Pereira do Vale.

O primeiro tombo apresenta 389 documentos maioritariamente particulares, circunscritos entre os séculos X e XVII, relativos sobretudo a aquisição de património em Vila Nova de Gaia e Aveiro. Estão organizados de acordo com a proximidade ao mosteiro de São Salvador de Grijó, começando pelo couto de Grijó e afastando-se deste núcleo até findar na vila de Santa Maria da Feira. Dividem-se por localidades, às quais corresponde um título, perfazendo um total de 59. Este número inclui títulos referentes a instrumentos que foram copiados fora do lugar onde à partida se deveriam encontrar, isto é, não junto dos que correspondem à localidade a que dizem respeito, mas dispersos ao longo do tombo, ou nas suas últimas páginas. da sua localidade, seja ao longo do tombo, seja nas últimas páginas<sup>96</sup>.

O levantamento dos títulos revela a “história” que Pereira do Vale traçou sobre a expansão geográfica do mosteiro<sup>97</sup>:

- I. *Freguesia e couto de Grijó* (fl. 1);

---

<sup>93</sup> MATTOSO, José – *A Escrita da História*. Lisboa: Temas & Debates / Círculo de Leitores, 2019, p. 184.

<sup>94</sup> A.N.T.T., *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 43, fl. 382 a 383v.

<sup>95</sup> Referimo-nos aos seguintes tombos: A.N.T.T., *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 43, 44 e 45.

<sup>96</sup> A.N.T.T., *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 43, fl. 24r, 32v, 149r, 233r, 282r, 379v e 380v.

<sup>97</sup> Cf. Anexo 3.

- II. *Lugar de Curveiros deste couto* (fl. 2);
- III. *Lugar do Casal deste couto* (fl. 10);
- IV. *Lugar de Murracezes deste couto* (fl. 10v);
- V. *Lugar da Lavandeira deste couto* (fl. 15);
- VI. *Lugar do Loureiro deste couto* (fl. 15v);
- VII. *Lugar da Ervilhaca deste couto* (fl. 17);
- VIII. *Lugar do Casal Deita* (fl. 22);
- IX. *Papeis que aparecerão pertencentes ao lugar de Morracezes que atras fica* (fl. 24);
- X. *Papeis que apareceram pertencentes ao lugar da Ervilhaca que atras fica no nº 17* (fl. 32v);
- XI. *Freguesia de Guitim* (fl. 37v);
- XII. *Freguesia de Nogueira da Regedoura e lugar da Pouzadella* (fl. 38);
- XIII. *Pouzadella* (fl. 40);
- XIV. *Livães* (fl. 44);
- XV. *Freguesia de Cerzedo* (fl. 47v);
- XVI. *Outeiro ou Outeiral* (fl. 50v);
- XVII. *Curvadello* (fl. 51);
- XVIII. *Figueira* (fl. 59v);
- XIX. *Passos* (fl. 70);
- XX. *São Salvador de Perozinho* (fl. 72);
- XXI. *Passaes* (fl. 76v);
- XXII. *Barroza* (fl. 79);
- XXIII. *Brandaris* (fl. 81);
- XXIV. *Casal da Cal* (fl. 82);
- XXV. *Sergueiros* (fl. 86);
- XXVI. *Muar* (fl. 93);
- XXVII. *Guimarães* (fl. 93v);
- XXVIII. *Crasto* (fl. 94);
- XXIX. *Mozelos* (fl. 102v);
- XXX. *Anta* (fl. 112);
- XXXI. *Lourosa* (fl. 113);

- XXXII. *Lavandeira* (fl. 124);
- XXXIII. *Passo d'aquem da Feira* (fl. 127);
- XXXIV. *Gueifar* (fl. 130);
- XXXV. *Passo de Brandão – Igreja* (fl. 131v);
- XXXVI. *Rio Meão* (fl. 143);
- XXXVII. *Titulo que apareceu pertencente à freguesia de Passo de Brandão que atras fica* (fl. 149);
- XXXVIII. *São Tiago de Silvalde* (fl. 150);
- XXXIX. *Esmoriz* (fl. 183v);
- XL. *Santa Marinha de Cortegaça – Igreja* (fl. 200);
- XLI. *Espargo* (fl. 224v);
- XLII. *Paramos* (fl. 227v);
- XLIII. *Titulo que apareceu pertencente a freguesia de Cortegassa que atras fica* (fl. 233);
- XLIV. *Ovar* (fl. 233v);
- XLV. *Cabanões* (fl. 245);
- XLVI. *Granja* (fl. 250v);
- XLVII. *Sande* (fl. 261);
- XLVIII. *Ações* (fl. 261v);
- XLIX. *Valga – Bustelo* (fl. 267v);
- L. *Degarei* (fl. 277v);
- LI. *Titulo que apareceu pertencente à freguesia de Louroza que atras fica* (fl. 282);
- LII. *São Miguel do Souto* (fl. 283);
- LIII. *São Vicente de Pereira* (fl. 307v);
- LIV. *São Martinho da Gandra (e no meyo desta freguezia vai huma doação que fes Leonor Esteves das Medas de hum cazal na freguezia de São Cosme de Besteiros que ella ao depois tornou a haver asi dando ella ao mosteiro os beins que abaixo se seguem em Sãa de Massada que he na dita freguezia da Gandra)* (fl. 312v);
- LV. *Santa Maria de Ul* (fl. 321v);
- LVI. *São João da Madeira* (fl. 327);

- LVII. *Villa da Feira* (fl. 336);
- LVIII. *Titulo que apareceo depois pertencente à freguezia e coutto de Grijó com que principiou este tomo* (fl. 379v);
- LIX. *Titulo que pertence à freguezia de São Miguel do Souto que atraz fica a f 283 e vai neste lugar por aparecer depois* (fl. 380v).

Como mencionado anteriormente, no Arquivo Nacional Torre do Tombo, considerou-se o título do primeiro conjunto de documentos (*Freguesia e couto de Grijó*) como designação de todo o volume. Analisando o termo de encerramento, conclui-se que a sua intitulação original é *Duasonis e mais tytulos dos bens do mosteiro de Griyo tomo primeiro*.

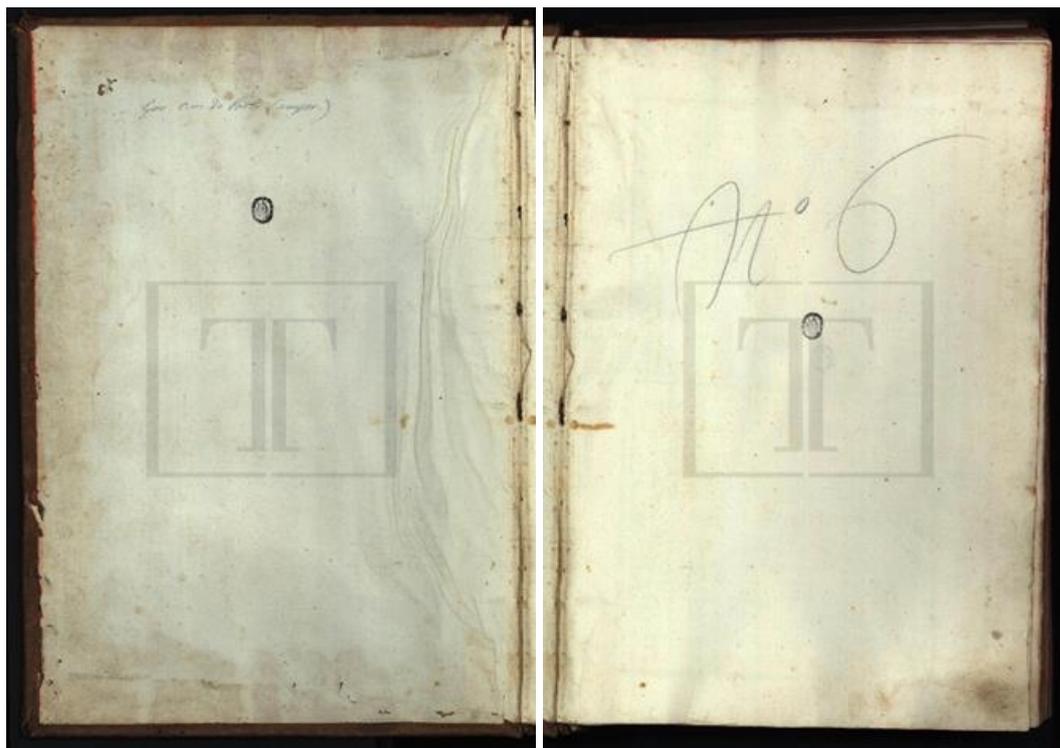
Antes de procedermos à descrição codicológica, esclarecemos que esta tarefa foi realizada somente com base na digitalização do tomo, o que impossibilitou a recolha de alguns aspetos, como o processo de construção dos cadernos. Como trabalhamos com uma fonte de 1749, é possível que os cadernos tenham sido adquiridos já preparados, uma prática comum a partir dos finais da Idade Média<sup>98</sup>. Pelas imagens disponibilizadas *online* pela Torre do Tombo, apenas encontramos vestígios dos fios de costura nos dois primeiros fólios em branco, onde também se observam duas anotações a grafite que remetem para a história custodial do tomo: *Gov. Civ do Porto (emp.) e nº 6* (*Figura 1*). Segundo o *site* do Arquivo Nacional Torre do Tombo, José Manuel da Costa Basto foi o responsável pela integração de variada documentação, oriunda do Governo Civil do Porto, em 1864. A cota antiga deste tomo é *Colecção Costa Basto, nº 6*<sup>99</sup>.

---

<sup>98</sup> CLEMENS, Raymond, GRAHAM, Timothy – *Introduction to Manuscript Studies*. Ithaca/London: Cornell University Press, 2007, p. 9.

<sup>99</sup> As informações sobre a história custodial do tomo encontram-se disponíveis no site do Arquivo Nacional Torre do Tombo (<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4638356>).

**Figura 1 – Fios de costura e anotações nos primeiros dois fólhos em branco.**



Fonte: A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43.

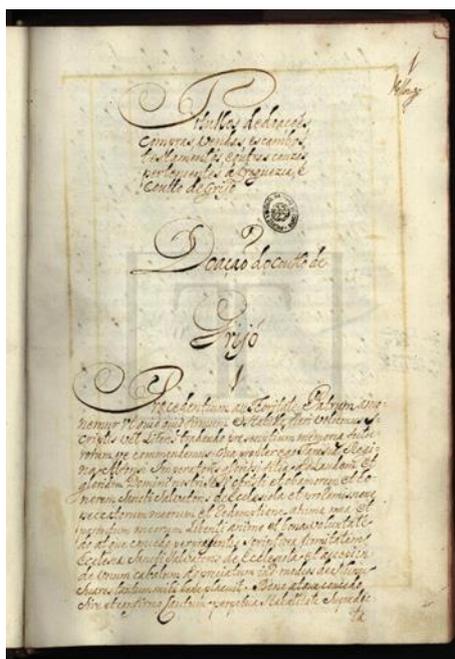
A fonte encontra-se em muito bom estado de conservação. Tem 395 fólhos escritos, sendo que 383 estão numerados e correspondem à cópia dos documentos. O índice ocupa os restantes 12. Quanto aos fólhos em branco, contam-se quatro no início e não é possível perceber quantos existem no final, já que apenas se digitalizou um, mas percebe-se que existirão outros. Desta forma, consideramos que o tombo apresentará um total de 400 a 405 fólhos.

Como mencionado, a foliação inicia-se no primeiro documento copiado e continua até ao fim do termo de encerramento. Foi realizada aquando da preparação do volume. Luís Veloso de Miranda, corregedor e provedor da comarca do Porto, rubricou a margem superior direita de cada fólho (*Figura 2*) e, depois de assinar o termo de encerramento, deixou a seguinte salvaguarda: *O nº 167 vay dobrado por erro. Não faça duvida*<sup>100</sup>.

---

<sup>100</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 383v.

Figura 2 – Rubrica de Luís Veloso de Miranda no canto superior direito.



Fonte: A.N.T.T., *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 43, fl. 1.

A Figura 2 é demonstrativa de vários elementos encontrados em todo o tombo. Em primeiro lugar, o copista recorreu a reclamos para concluir palavras ou antecipar a primeira palavra do fólio seguinte. Em segundo, escreveu em uma coluna com espaço marginal. O número de linhas escritas varia, nomeadamente tendo em conta a presença de títulos (como exemplo, *Titullos de doações, compras, vendas, escambos, testamentos, e outras couzas pertencentes à freguezia e coutto de Grijó*) e sumários (como exemplo, *Doação do coutto de Grijó*). No caso dos fólios sem estes elementos, o número de linhas escritas estabelece-se entre 34 e 38<sup>101</sup>.

O índice diferencia-se. As suas páginas apresentam um retângulo com três colunas para o sumário do documento, o número do fólio e o número atribuído ao documento (Figura 3)<sup>102</sup>. Percebe-se que a estruturação do índice precede a cópia dos documentos porque as suas linhas tingiram o fólio 1 (revelando que os cadernos já estavam organizados) e a escrita desta página encontra-se por cima das marcas deixadas pelo desenho das colunas.

<sup>101</sup> Tivemos em conta os fólios 1v (38 linhas), 2v (34), 3v (35) e 6v (38).

<sup>102</sup> Respeitámos esta organização aquando da transcrição (cf. Anexo 1).

A primeira página do índice exhibe ainda uma assinatura, *Castro*, visível também no final do termo de encerramento, e *N. 387* (Figura 3). Esta mesma assinatura está igualmente no cartulário *Baio-Ferrado*, no *Livro Preto de Grijó*, no *Livro das Campainhas* e nos outros tombos Setecentistas. Para o *Baio-Ferrado*, Robert Durand apresenta uma hipótese: “la numérotation des folios est recente: on doit sans doute l’attribuir à ce Castro qui a laissé sa signature au début et à la fin du cartulaire et qui vécut probablement dans la second moitié du XVIII<sup>e</sup> siècle”<sup>103</sup>. Castro terá vivido nesta cronologia ou posteriormente, pois assina os tombos elaborados entre 1734 e 1761, mas terá estado em contacto com a documentação no cartório do Governo Civil do Porto (ou até ainda no mosteiro) ou já na Torre do Tombo, a partir da década de 1860? Não conseguimos, de momento, responder a esta questão.

**Figura 3 – Primeiro fólio do índice.**

The image shows a handwritten index page from a book. At the top, there is a signature 'Castro' and the number 'N. 387'. Below this is a large, mostly blank rectangular area. At the bottom of the page, there is a table with several rows of handwritten text and numbers. The text is in Portuguese and appears to be a list of entries with corresponding numbers. A circular stamp is visible on the right side of the table.

122	3
1675	27
253	13
256	18
265	1
272	2

Fonte: A.N.T.T., *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 43.

O responsável pelo índice e pela cópia dos instrumentos foi Manuel Joaquim Pereira do Vale. O termo de encerramento foi elaborado por João Barbosa de Almeida, tabelião do cartório da comarca do Porto. Quanto à *marginalia*, encontramos notas

<sup>103</sup> DURAND, Robert – “I. Description du cartulaire” ..., p. XIII.

aparentemente feitas por outra(s) mão(s) em 30 fólhos, pertencentes a 14 documentos. A insistência neste conjunto de escritos não será aleatória e pode revelar a utilidade do tombo. Antecipando a análise do conteúdo (subcapítulo 2.3), revela-se pertinente observar a que documentação nos referimos.

As primeiras anotações surgem nos fólhos 1v, 3 e 4, correspondendo respetivamente à doação de D. Teresa, à fundação do mosteiro de Grijó e à doação de Soeiro Fromarigues de 1093. São cálculos relativos à passagem da Era de César para o ano de nascimento de Cristo. Estas não são as únicas cartas escritas na Era de César, nem são as únicas com estes apontamentos, mas são dos instrumentos mais importantes para a história da comunidade monástica.

Em seguida, 9 dos 10 documentos sobre a localidade de Figueira, em Serzedo, apresentam *marginalia* com a passagem para o ano de nascimento de Cristo<sup>104</sup>, assim como a palavra *maninhos*<sup>105</sup> e o topónimo *Figueira de Mato*<sup>106</sup>. Conta-se ainda uma nota não finalizada<sup>107</sup>.

Por último, estão também anotadas duas sentenças contra o conde da Feira<sup>108</sup>. A que surge em primeiro lugar data de 1540: *Sentença que alcansou João Gonçalves do Pumar contra o conde da Feira sobre a agoa do Ryo de Liama com que muhia hum muinho no cazal do Pumar de que he direito senhor este mosteiro e se julgou não ser aquella ribeira navegavel e por consequencia não ser de direitos reais*<sup>109</sup>. As *marginalia* evidenciam partes determinadas do documento, a saber, *Sentença do almoxarife do conde*<sup>110</sup> e *Acordão da Rellação*<sup>111</sup>.

Na *Sentença de el rey Dom Affonço a favor deste mosteiro contra Fernão Pereira senhor da terra da Feira sobre couzas que forçozamente levava dos cazais do mesmo mosteiro sitos em varias freguezias declaradas na mesma sentença* (de 1458)<sup>112</sup>, observa-se o seguinte: uma contagem relativa ao número de casais pertencentes ao

---

<sup>104</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 60, 61v, 63v, 65, 66v, 67, 67v e 69.

<sup>105</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 61, 63 e 68v.

<sup>106</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 60, 67 e 68.

<sup>107</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 60.

<sup>108</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 361v, nº 7 e fl. 374, nº 9.

<sup>109</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 361v.

<sup>110</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 364.

<sup>111</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 368.

<sup>112</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 374.

mosteiro de Grijó e referidos no decurso do documento<sup>113</sup>, um apontamento a realçar *de censoria*<sup>114</sup> e ainda três sobre certas partes da sentença (*Sentença*<sup>115</sup>, *decisão do juiz*<sup>116</sup> e *Acordão final*<sup>117</sup>).

Para finalizar o estudo codicológico, atentemos aos aspetos sobranes. O tomo não apresenta ornamentação. Destacam-se somente os títulos e sumários, mas são escritos com a mesma tinta e da mesma forma que o restante texto (*Figura 2*).

A encadernação aparenta ser original, com planos revestidos a couro castanho, adornados com três retângulos num tom mais escuro, deixando espaços lisos no centro e perto da lombada. Tem marcas de descoloração (*Figura 4*). A folha de guarda é do mesmo papel que os restantes fólhos (*Figura 1*).

**Figura 4 – Encadernação do tomo.**



Fonte: A.N.T.T., *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 43.

### **2.3. Organização interna**

O que copiou Manuel Joaquim Pereira do Vale? E como organizou?

---

<sup>113</sup> A.N.T.T., *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 43, fl. 374v, 375, 375v e 376.

<sup>114</sup> A.N.T.T., *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 43, fl. 377.

<sup>115</sup> A.N.T.T., *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 43, fl. 377.

<sup>116</sup> A.N.T.T., *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 43, fl. 377v.

<sup>117</sup> A.N.T.T., *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó*, liv. 43, fl. 379.

Respondendo em primeiro lugar à segunda pergunta, como mencionado anteriormente, o tomo apresenta uma organização geográfica cujo epicentro é o couto de Grijó. Sendo assim, o percurso documental começa neste couto e continua pelas localidades mais próximas até às mais distantes. Dentro da organização geográfica, respeita maioritariamente uma ordem cronológica, com algumas exceções, como se verifica nos três primeiros documentos do couto de Grijó, possivelmente por uma questão de hierarquia, como veremos.

Como consta no estudo codicológico (subcapítulo 2.2), por esquecimento, lapso ou simplesmente por os ter encontrado posteriormente, ao longo do tomo e também nas últimas páginas, Manuel Joaquim Pereira do Vale copia documentos que deveriam estar incluídos em fólhos anteriores e que constam no índice. Estes “saltos” não são surpreendentes – a elaboração de um tomo seria uma tarefa morosa, desde a seleção, reunião e organização dos instrumentos até à sua cópia. Por esse motivo, também não espanta que, após uma análise fólho a fólho, se tenham encontrado (apenas) quatro documentos não contemplados no índice<sup>118</sup>. Verificou-se também o inverso, ou seja, instrumentos mencionados no índice, mas não copiados no tomo. No índice, lê-se a seguinte entrada: *Doação de hum herdamento em Sergueiros de Perozinho: vejasse no livro dos prazos antigos em Perozinho no nº 3º. No livro 2º das Apresentações das Igrejas a f 147 the f 152 e a f 103 estão outras doações aonde se podem ver*. Este é caso único: o copista, em vez de trasladar o instrumento, apenas remete para o lugar onde se encontra. Além disso, não se localizou no tomo o testamento de Gonçalo Anes, referido no índice como estando no fólho 51, nº 13.

Assim, tendo em conta que estes dois documentos não foram copiados, aos 269 enumerados no índice<sup>119</sup>, somam-se os quatro não contemplados no mesmo. No entanto, após uma análise da fonte, o número cresce. Um instrumento pode conter outros insertos ou até copiados a seguir, mas aos quais não corresponde um sumário nem uma entrada no índice. O tomo contempla, então, 389 documentos (e ainda o termo de encerramento de 1749, mas o nosso foco é somente aqueles copiados por Manuel Joaquim Pereira do Vale).

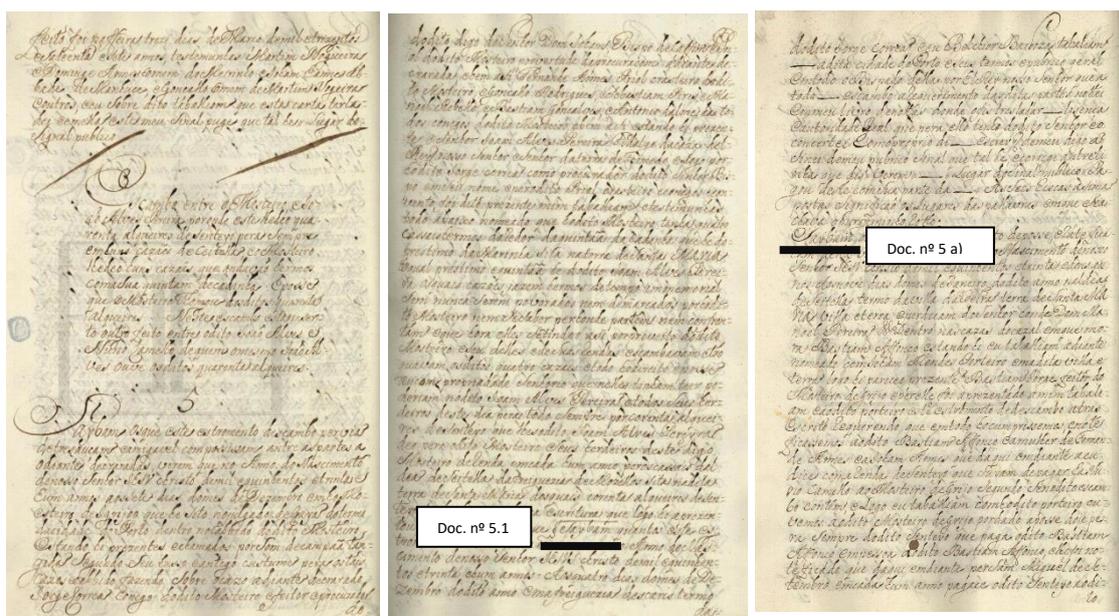
---

<sup>118</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 66, nº 20; fl. 82, nº 6; fl. 212, nº 7; fl. 381.

<sup>119</sup> Cf. Anexo 1.

Aquando do levantamento das cópias existentes no tomo, respeitámos a referência feita pelo copista, por exemplo fl. 105v, nº 5. No caso de um documento inserto, colocámos o fólio em que está localizado e seguimos a numeração atribuída ao “principal”: fl. 106, nº 5.1. No caso de um instrumento sem sumário copiado a seguir a outro(s), mais uma vez colocámos o fólio em que está localizado, mas representámos da seguinte forma: fl. 108, nº 5 a). Naturalmente, não esperávamos que o copista fizesse o sumário de um documento inserto. Os que não estão insertos, e aos quais não é atribuído um sumário nem uma entrada no índice, revelam-nos um elemento sobre o suporte de escrita: um pergaminho ou papel serviu para redigir mais do que um instrumento, normalmente sobre o mesmo assunto.

Figura 5 – Documento (fl. 105v, nº 5) com um documento inserto (fl. 106, nº 5.1) e outro copiado no fim do primeiro (fl. 108, nº 5 a).



Fonte: A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 105v, 106 e 108.

### 2.3.1. Estudo diplomático

Definir a tipologia dos documentos que compõem este tomo é uma tarefa nem sempre fácil. Cronologicamente os diplomas copiados estão dispersos por sete séculos e, neste período tão dilatado, compreendem-se várias transformações na escrita, na *ars*

*notariae*, no Direito, etc. Outros fatores complicam este exercício, como explica Maria João Oliveira e Silva: “Muitas vezes, a dificuldade em definir a tipologia do documento reside no facto de o próprio não se auto-denominar ou de o fazer de forma ambígua, “compósita” ou até “múltipla”. Não surpreende até que um mesmo notário utilize diferentes nomenclaturas para designar um mesmo acto e, ainda menos, que notários coevos atribuam nomes distintos a um mesmo tipo documental. A diversidade faz com que nos nomes se misturem qualificativos jurídicos com conteúdo dos documentos, e até designação material do acto”<sup>120</sup>.

Esta multiplicidade de termos é um problema encontrado no tombo. Além das incongruências entre a interpretação de Manuel Joaquim Pereira do Vale e o próprio conteúdo do instrumento, por vezes o copista também emprega uma variedade de sinónimos para os caracterizar, influenciado pela definição dada pelo escrevente do documento original e, como tal, não seguindo um fio condutor. Deparamo-nos ainda com casos em que a tipologia enunciada no índice e aquela descrita no sumário não coincidem. Por estes motivos, para definir a tipologia documental, baseamo-nos no índice e nos sumários, mas também na nossa análise dos diplomas, de forma a esclarecer qualquer dúvida suscitada pelas razões elencadas<sup>121</sup>. Contudo, entre os instrumentos que compõem o tombo, aqueles que mereceram maior cuidado da nossa parte foram as *cartae testamenti* e as renúncias, desistências e demissões.

A documentação em latim mereceu uma particular revisão, pois Manuel Joaquim Pereira do Vale caracteriza recorrentemente como testamentos (instrumentos de últimas vontades) as *cartae testamenti*, sendo que estas correspondem, na verdade, a doações. Nas palavras de Saul António Gomes, “*testamentum* significa o acto que é atestado por testemunhas, podendo adquirir o sentido de carta, pacto, acordo, aliança e/ou do documento que a atesta, ordem, disposição da vontade, promessa”<sup>122</sup>. O autor explica ainda que *testamentum* só adquire o significado atual de testamento “com a afirmação do notariado público e a recuperação da jurisprudência e do Direito

---

<sup>120</sup> SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral: a Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média*. Lisboa: CEHR – Centro de Estudos de História Religiosa, 2013, p. 60.

<sup>121</sup> Cf. Anexo 3.

<sup>122</sup> GOMES, Saul António – *In limine conscriptiones...*, p. 693.

romanista”<sup>123</sup>. Desta forma, o tomo inclui de facto testamentos<sup>124</sup>, mas também doações que são designadas como testamentos no índice e/ou no sumário<sup>125</sup>.

Mencionamos ainda o caso de um contrato de compra e venda que surge duas vezes no índice: numa entrada como compra e noutra como testamento. No respetivo sumário, é definido como venda e testamento<sup>126</sup>. O uso simultâneo dos termos “compra” e “venda” é comum e compreensível, pois Pereira do Vale elabora o índice na perspetiva do mosteiro e o sumário na perspetiva de quem possui o bem e o está a vender. Porém, neste caso, o copista caracteriza o documento como testamento porque este se intitula como *carta venditionis et testamenti*, mas, como sabemos, *testamenti* remete para instrumentos atestados por testemunhas.

Outra dificuldade encontrada consistiu em perceber a diferença entre renúncia, desistência e demissão, quando todas se referem a terras (e nunca a cargos, por exemplo) e surgem indiferentemente nos séculos XIII, XIV, XVI e XVII, sem nenhuma estar associada a um contrato ou tipo de propriedade em específico.

Após analisarmos os 15 documentos em questão, concluímos que, neste caso, as dez renúncias localizadas neste tomo<sup>127</sup> pressupunham o abandono de uma terra por iniciativa própria e por livre vontade, enquanto a desistência acontecia a pedido do proprietário dessa terra – neste caso, do mosteiro – na sequência de um processo já em curso. O tomo reúne dois *termos de dezestimento*. O primeiro data de 1633<sup>128</sup> e está inserto numa sentença *que manda restetuhir ao mosteiro hum campo que chamam o Chão do Soutto que andava sobnegado de que thomou posse*<sup>129</sup>. Por sua vez, nesta sentença, está ainda inserta outra, sendo a primeira do rei e a segunda do corregedor do cível<sup>130</sup>. Este processo é acompanhado também por um instrumento de posse da

---

<sup>123</sup> GOMES, Saul António – *In limine conscriptiones...*, p. 694.

<sup>124</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 40, nº 4; fl. 43, nº 6; fl. 65v, nº 18; fl. 66, nº 18; fl. 183, nº 1; fl. 227v, nº 1; fl. 294, nº [8]; fl. 321v, nº 3.

<sup>125</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 22v, nº 22; fl. 23, nº 23; fl. 37v; fl. 47v, nº 1; fl. 48, nº 2; fl. 94, nº 20; fl. 102v, nº 1; fl. 124, nº 1; fl. 124v, nº 2; fl. 159, nº 12; fl. 160, nº 14; fl. 162, nº 18; fl. 191v, nº 3; fl. 192, nº 4; fl. 213, nº 8; fl. 234, nº 2; fl. 308, nº 1; fl. 308v, nº 2; fl. 326, nº 3.

<sup>126</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 165, nº 24.

<sup>127</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 9v, nº 11; fl. 16, nº 16; fl. 17, nº 18; fl. 33v, nº 33; fl. 52v, nº 10; fl. 61v, nº 15; fl. 70v, nº 26; fl. 76v, nº 2; fl. 91, nº 15.

<sup>128</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 331v, nº 2.1.

<sup>129</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 330v, nº 2.

<sup>130</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 332, nº 2.2.

propriedade referida<sup>131</sup> com uma procuração inserta<sup>132</sup>. Resumidamente, o prior e os cónegos grijoenses citaram António João e Catarina Mateus para comprovarem a sua posse legítima do campo do Souto ou para o entregarem ao mosteiro. Seguiu-se o *termo de dezesimento* e depois uma sentença régia que condenou António João a pagar as *custas dos autos*<sup>133</sup>.

Na outra desistência, datada de 1640<sup>134</sup>, Sebastião de Sá e a sua mulher largaram o casal de Riba, *demandados pello reverendo padre prior de Grijó (...) por rendas que lhe deviam*<sup>135</sup>. Além das suas datas de elaboração serem próximas, os processos em que estes documentos estão envolvidos resultam, em primeira instância, da iniciativa do mosteiro que solicita o abandono das terras. No primeiro caso, o motivo aparenta ser a posse ilegítima de um campo (daí ser utilizado o termo *sobnegado* no sumário e de ser solicitado o comprovativo de propriedade). Já no segundo, a razão é uma dívida.

Distinguímos ainda os instrumentos de *dimitição*<sup>136</sup>, pois consideramos que a demissão pressupõe o abandono de uma terra pertencente aos cónegos grijoenses e que estaria a ser utilizada sem a sua permissão. De referir que estes documentos não surgem insertos em outros, como acontece com as desistências, porque resultam da iniciativa da pessoa que devolve o património, como veremos.

No primeiro documento, de 1353, Rodrigo Anes e a sua mulher afirmam que um conjunto de propriedades que estavam na sua posse pertenciam, na verdade, ao mosteiro: *as quais nos orra tragemos e de que estamos em posse som do moesteiro de Grijoo que as devia e deve d'aver de dereito*<sup>137</sup>. Quanto ao segundo, de 1364, o sumário indica que se trata de um *instromento de dimitação que fes hum Gonçallo Esteves de huma vinha que trazia sobregada*<sup>138</sup>. Neste caso, Gonçalo Esteves decidiu devolver à comunidade monástica uma vinha e *confessou que hera sua do dito mosteiro e que a tragia por sua e come sua*<sup>139</sup>.

---

<sup>131</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 334, nº 2 a).

<sup>132</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 334, nº 2 a.1).

<sup>133</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 332v.

<sup>134</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 135, nº 6.2.

<sup>135</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 135.

<sup>136</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 15, nº 15 e fl. 305, nº 13.1.

<sup>137</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 305.

<sup>138</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 15, nº 15.

<sup>139</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 16.

Desta forma, consideramos que renúncia, desistência e demissão constituem tipos distintos de documentos neste tomo, ainda que possam constituir sinónimos na língua portuguesa. Aliás, em duas renúncias é utilizado o verbo *demitir*<sup>140</sup>, assim como uma demissão utiliza o verbo *renunciar*<sup>141</sup>. Não obstante, apesar de o resultado ser sempre o abandono de uma propriedade, consideramos que, na sua génese, compõem instrumentos diferentes.

Após abordar a documentação existente no tomo, revela-se pertinente questionar a que aí não foi encontrada. Sendo o objetivo da coleção *Duasonis e mais titulos de bens do mosteiro de Grijo* a agremiação dos instrumentos comprovativos de posse das terras pertencentes aos cónegos grijoenses, este volume não configura um número considerável de emprazamentos, arrendamentos e aforamentos. De acordo com Luís Carlos Amaral, no *Livro das Campainhas* e no *Tomo do Prior D. Afonso Esteves*, predominam, em primeiro lugar, os emprazamentos, destacando-se os de três vidas, e depois os arrendamentos. Não contemplam nenhum aforamento<sup>142</sup>. Já o tomo apresenta somente um aforamento<sup>143</sup> e quatro emprazamentos<sup>144</sup>. Apresentamos duas hipóteses para a quase ausência desta tipologia documental. Em primeiro lugar, em 1749, os emprazamentos em três vidas feitos na Época Meieval já teriam terminado o seu período de vigência há muito tempo e, portanto, não teriam tanta importância para os cónegos setecentistas. Em segundo, estes documentos podem constar nos outros dois volumes desta coleção ou estar organizados em tomos específicos. De facto, no Arquivo Distrital do Porto, encontram-se livros de prazos dos séculos XVI a XIX<sup>145</sup>.

Proporciona-se ainda colocar outra questão: estaria Manuel Joaquim Pereira do Vale a incluir apenas escritos dos quais resultaram reajustes aos domínios do mosteiro? Terá mais sentido o seu objetivo tenha sido o de reunir os documentos com impactos diretos e ‘definitivos’ nos limites geográficos do património de Grijó, mais do que fazer o levantamento de contratos em que só se alterasse o foreiro ou o método de

---

<sup>140</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 9v, nº 11 f l. 52v, nº 10.

<sup>141</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 305, nº 13.1.

<sup>142</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV...*, pp. 72, 73 e 79.

<sup>143</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 167, nº 27.

<sup>144</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 260, nº 14 b); fl. 288, nº 3.1; fl. 290, nº 5; fl. 381.

<sup>145</sup> A.D.P., K/18/3 – 80 e K/18/3 – 81.

exploração, por exemplo. Afinal, o que seria mais importante para os cónegos regrantes do século XVIII: a fundamentação da posse das suas propriedades, ou os contratos com impacto reduzido na longa duração, como os emprazamentos em três vidas? Parece-nos que seria a primeira opção e que esta constituiu o critério de seleção dos documentos. Consideramos que o tomo compila os instrumentos que introduziram alterações, direta ou indiretamente, às fronteiras do património monástico, mas também alguns títulos que não contêm estes ajustes, funcionando como uma demonstração da influência e do poder do mosteiro no seu senhorio.

De referir que, no volume, não abundam documentos régios ou pontifícios<sup>146</sup>. As cartas régias que localizamos<sup>147</sup> são poucas e dizem respeito sobretudo a sentenças, a mandatos (relativos à resolução de problemas sobre a posse de terras), com exceção da doação do padroado da igreja de Cortegaça por D. Constança Sanches<sup>148</sup>, filha de D. Sancho I, e de um aforamento dado por D. Dinis<sup>149</sup>. Esta ausência é compreensível, dada a existência de outros dois tomos, compilados na mesma cronologia: um com os *privilegios, doaçoes, liberdades e mercês concedidas e confirmadas pellos serenísimos reys deste reino de Portugal*<sup>150</sup> e outro com os *privilegios, exempções graças e liberdades concedidas e confirmadas pelos Sumos Pontifeces*<sup>151</sup>.

Apesar de não serem copiadas as doações dos coutos de Brito e Tarouquela, feitas por D. Afonso Henriques, a doação do couto de Grijó, outorgada pela condessa D. Teresa em 22 de maio de 1128<sup>152</sup>, inaugura o primeiro tomo de 1749. Se o mosteiro está a criar e a transmitir uma imagem de si próprio para a posterioridade a partir da cópia de documentos, se está a escrever uma história através da organização do tomo, faz todo o sentido que parta de um dos (se não o) documentos mais importantes para a comunidade, concedido apenas um mês antes de um momento crucial na História de Portugal – a batalha de S. Mamede que opôs D. Teresa e D. Afonso Henriques. Em maio

---

<sup>146</sup> Referimo-nos a documentos régios ou pontifícios isolados, copiados para o tomo sem estarem insertos em outros.

<sup>147</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 91v, nº 16; fl. 104v, nº 4; fl. 167v, nº 27; fl. 170, nº 29; fl. 217, nº 13; fl. 321, nº 6.

<sup>148</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 200, nº 1.

<sup>149</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 167v, nº 27.

<sup>150</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 46, fl. 1.

<sup>151</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 47, fl. 1.

<sup>152</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 1, nº 1.

de 1128, a doação já seria extremamente importante, mas a partir do mês seguinte, ganharia outro impacto.

Contudo, em vez de se servir da cópia mais antiga do documento da condessa, localizada no cartulário *Baio-Ferrado*, Manuel Joaquim Pereira do Vale trasladou a doação a partir da confirmação de D. Afonso II. Assim, a doação reveste-se de uma dupla importância, pois foi dado em primeira instância por D. Teresa e, anos mais tarde, confirmado por um rei de Portugal. Esta confirmação encontra-se no *Livro Preto de Grijó*<sup>153</sup>, mas, tendo em conta que o copista reproduziu a assinatura do doutor Miguel de Barreira, juiz dos tombos no século XVI, provavelmente a cópia foi feita a partir de um dos tombos elaborados nesta centúria, conservados atualmente no Arquivo Distrital do Porto<sup>154</sup>. De acordo com a *Crónica do Mosteiro de São Salvador de Grijó* de D. Marcos da Cruz, em 1598, iniciou-se o *Tombo deste mosteiro*<sup>155</sup>.

### 2.3.2. Formas de validação e outros elementos do documento original

Além da importância do conteúdo, conseguimos extrair destas cópias informações sobre os documentos originais, seja através dos próprios escreventes que referem as formas de validação usadas, seja pelo copista que faz anotações sobre o estado de conservação dos pergaminhos ou papéis e a suas dificuldades de leitura. Em 1749, no termo de encerramento, também estão explícitas as condições destas fontes quando chegaram às mãos de Manuel Joaquim Pereira do Vale e como levantaram dúvidas aos homens setecentistas: *achamos estar os ditos treslados todos conformes com os originais os quais suposto deficultosos de ler pelas suas antiguidades contudo exzaminados pelos mesmos treslados na mayor parte se deixam bem preseber*<sup>156</sup>.

Entre os diplomas que compõem este tomo, encontramos indicações sobre a presença de cruces de róbora, quirografia, testemunhas, selos, sinais notariais, subscrições e subscrições a rogo.

As cruces de róbora, a quirografia<sup>157</sup>, as testemunhas (*Figura 6*) e as subscrições a rogo são referidas no próprio conteúdo. No primeiro caso, o copista assinala-as

---

<sup>153</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 49.

<sup>154</sup> A.D.P., K/18/3 – 68, K/18/3 – 69 e K/18/3 – 70.

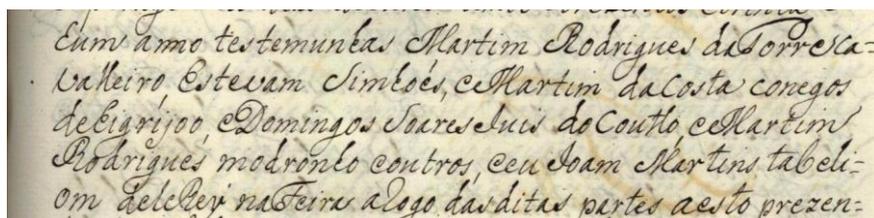
<sup>155</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 40, fl. 369.

<sup>156</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 383.

<sup>157</sup> Reunimos sete documentos com a referência *partido por a b c*.

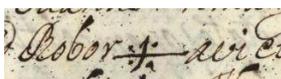
reproduzindo o que estava no instrumento original (*Figura 7*). A existência de subscrições a rogo é perceptível nos documentos através de frases como: *Joam Gonçallves assignou por si com testemunha e arrego das sobreditas Maria Pires e Cizilia Pires e Margarida Gonçalves e Domingas Gonçalves mulheres dos ditos cazeiros por nam saerem assinar ho fes*<sup>158</sup>.

**Figura 6 – Exemplo de uma lista de testemunhas.**

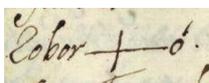


Fonte: A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 225.

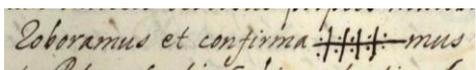
**Figura 7 – Exemplos de cruces de róbor.**



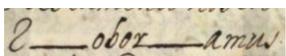
Fonte: A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 4.



Fonte: A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 5.



Fonte: A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 14.



Fonte: A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 37v.

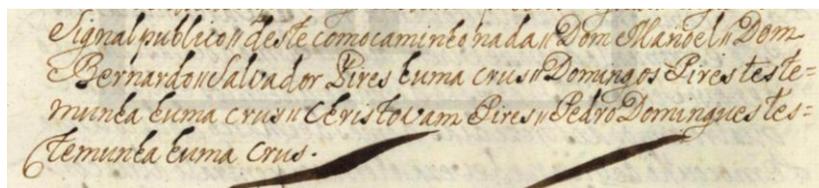
Quanto aos selos e sinais notariais, no final da cópia, Manuel Joaquim Pereira do Vale indica *lugar do sinal publico ou lugar do sello*.

As subscrições a que nos referimos pertencem aos escreventes, às testemunhas e aos outorgantes. Compõem o último elemento copiado e, como tal, distinguem-se das listas de testemunhas (*Figura 6*). Por vezes, além do nome, acrescentam-se expressões

<sup>158</sup> A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 13.

como *huma crus* ou *huma comenda*. Na *Figura 8*, observamos a assinatura dos outorgantes D. Manuel, D. Bernardo e Salvador Pires e das testemunhas Domingos Pires, Cristóvão Pires e Pedro Domingues.

**Figura 8 – Exemplo de subscrições.**



Fonte: A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 13.

Atentemos agora às exceções na representação das formas de validação. Logo no primeiro fólio, Manuel Joaquim Pereira do Vale reproduz as subscrições do chanceler, do escrevente e do juiz dos tombo do século XVI, algo que não voltará a fazer em mais nenhum momento do documento ou do tombo (*Figura 9*). É por ter reproduzido a assinatura do doutor Miguel de Barreira que percebemos que se serviu de uma cópia do século XVI para trasladar a confirmação de D. Afonso II da doação do couto de Grijó, como já foi referido. O copista imitou também o sinal do bispo Crescónio de Coimbra (*Figura 10*) e os sinais autógrafos de testemunhas (*Figura 11*) num documento de 1516<sup>159</sup> e noutro de 1624<sup>160</sup>.

**Figura 9 – Reprodução das subscrições.**



Fonte: A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 2.

<sup>159</sup> A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 102v.

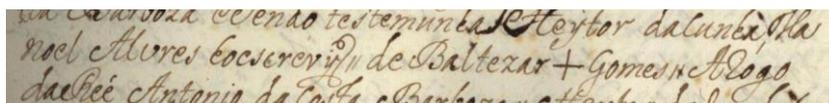
<sup>160</sup> A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 78.

**Figura 10 – Reprodução do sinal do bispo Crescónio de Coimbra.**

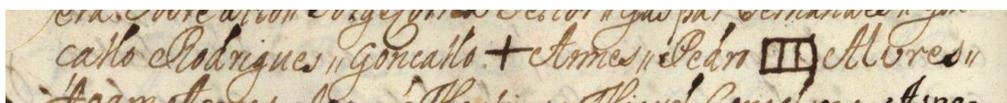


Fonte: A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 4.

**Figura 11 – Reprodução dos sinais de testemunhas.**



Fonte: A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 78.



Fonte: A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 102v.

Assinalamos agora uma outra exceção que, não sendo uma forma de validação, fornece um vestígio sobre o aspeto do documento original. No início de uma sentença de 1584, o copista reproduziu a sigla latina *IHS* (*Jesus Hominum Salvator*), uma invocação que estaria no início documento original (*Figura 12*). Verifica-se uma prática semelhante numa outra sentença datada de 1444 (*Figura 13*).

**Figura 12 – Reprodução de sigla latina.**



Fonte: A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 20v.

**Figura 13 – Reprodução de invocação.**



Fonte: A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 246v.

Estas exceções terão algum significado? Ou serão fruto da simples vontade do copista de incluir estes elementos ou apenas da sua falta de entendimento sobre o que estava a copiar ou até de algum cansaço e de uma certa “mecanização” da tarefa? Talvez seja a combinação de todas estas hipóteses. Não devemos descurar a empreitada hercúlea que terá sido a de preparar três tomos que, em conjunto, têm mais de mil fólhos, finalizados em 1749 pela mão de uma só pessoa. Manuel Joaquim Pereira do Vale era um homem do século XVIII a copiar documentação muito antiga que, eventualmente, não estaria nas melhores condições de conservação e leitura, como é revelado no termo de encerramento.

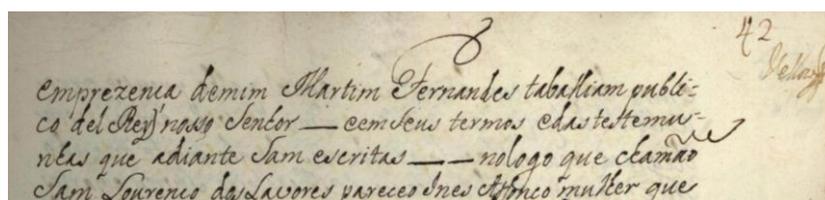
No caso das invocações (*Figuras 12 e 13*), o copista poderá tê-las reproduzido por ainda conterem valor simbólico para a comunidade, mas seriam os únicos documentos com a presença destes elementos? Só poderíamos responder se fosse possível analisar todos os originais. Esta questão também pode ser aplicada às cruces de róbora e às subscrições e sinais autógrafos. Porém, no caso dos modos de validação, sabemos de antemão que estariam presentes na maioria dos instrumentos, já que atestam a sua autenticidade. Sendo assim, qual o motivo para copiar somente alguns? Consideramos que Pereira do Vale reproduziu as assinaturas na doação do couto de Grijó (*Figura 9*) e o sinal episcopal na doação de Soeiro Fromarigues (*Figura 10*) precisamente pela importância destes documentos para a história do mosteiro de Grijó, pois, desta forma, as cópias adquirem maior significado, fidedignidade e validade.

Se estas exceções contribuem para reconstruirmos a imagem do suporte de escrita original, as anotações dos escreventes ainda nos dizem mais sobre ele. A título de exemplo, mencionamos: *en tres rois de porgaminho, e antre rool e rool o meu sinal*

*puge*<sup>161</sup>, *stromento escrito em porgaminho de coiro*<sup>162</sup>, *scrito sem sinal e sem era scripto em papel*<sup>163</sup> ou *em dous pedassos de purgaminho fiz com huma correa cozeytos antre ambos*<sup>164</sup>. Destaca-se ainda a descrição feita por Teotónio de Bastos, tabelião régio do público e judicial no julgado de Gaia, sobre o caderno onde se encontrava a doação de D. Constança Sanches que o referido tabelião copiara: *a qual doaçam por eu (sic) tabaliam com o dito caderno aonde ella estava e outras mais ver limpo e sem nelle haver borraduras nem riscaduras nem entrelinha nem couza que duvida fizesse antes em todo parecia verdadeiro e como vinha selado de hum sello de cera vermelha pendente e no cabo asinado do sinal do dito doutor Nuno Gonçalves*<sup>165</sup>.

Provavelmente devido ao estado de conservação dos originais, por vezes, Manuel Joaquim Pereira do Vale não consegue ler determinadas palavras. Por essa razão, faz um traço no lugar da palavra em falta e, depois de copiado o documento, deixa uma nota sobre a sua dúvida e o que a provocou. Desta forma, assinala a existência de buracos, *nódoas*<sup>166</sup> e letras ou palavras ilegíveis ou ausentes (*Figuras 14 e 15*). O tombo apresenta 27 anotações deste teor<sup>167</sup>, um valor pouco expressivo quando estamos perante 389 documentos com séculos de vida. Estariam os originais bem conservados? Ou Pereira do Vale recorreu maioritariamente a cópias? Levantamos estas questões que, à data, ficam sem resposta.

#### **Figura 14 – Indicações de dúvidas de leitura feitas pelo copista.**



Fonte: A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 43.

<sup>161</sup> A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 147v, nº 2.

<sup>162</sup> A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 225, nº 2.1.

<sup>163</sup> A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 294, nº [8.1].

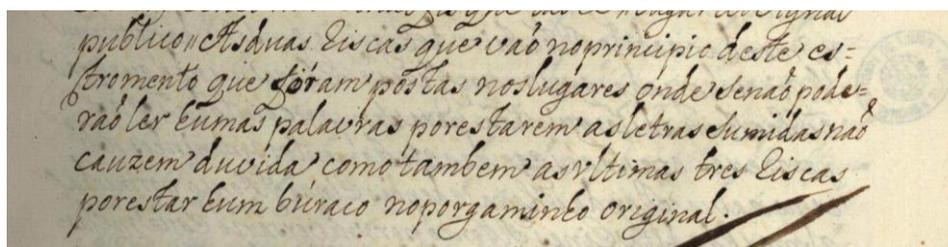
<sup>164</sup> A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 314v, nº 2 a).

<sup>165</sup> A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 205v.

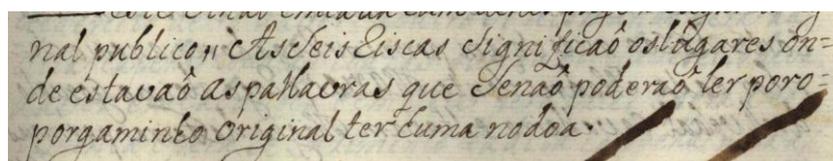
<sup>166</sup> O copista utiliza esta palavra nas suas anotações (A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 142, 183 e 201).

<sup>167</sup> A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 43, 48v, 82, 87v e 88, 88v, 95, 108v, 112v, 121v, 125v, 140, 142, 183, 201, 212v, 234v, 235, 250v, 287v, 291v, 293, 294v, 304v, 317, 326v, 337v, 361v e 382.

**Figura 15 – Anotações deixadas pelo copista sobre o estado do pergaminho.**



Fonte: A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 43.



Fonte: A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 183.

De referir ainda outra indicação dada pelo copista sobre o original de uma sentença datada de 1352<sup>168</sup>: o sumário revela que o pergaminho estava escrito em ambas as faces, existindo, assim, dois instrumentos sobre este assunto. Trata-se de uma *sentença sobre a agoa que nasce ao pé do Monte de Sam Barthollomeu, e se tirou inquirição de testemunhas a vista da qual se repartio a dita agoa e assignarão dias em que os moradores das aldeas de Crasto e de Muar haviam de regar. E nas costas do dito instramento consta abrice a benaplacito das partes e cumprimento da dita sentença o rego por onde antigamente hia a dita agoa de Crasto pera Muar*<sup>169</sup>.

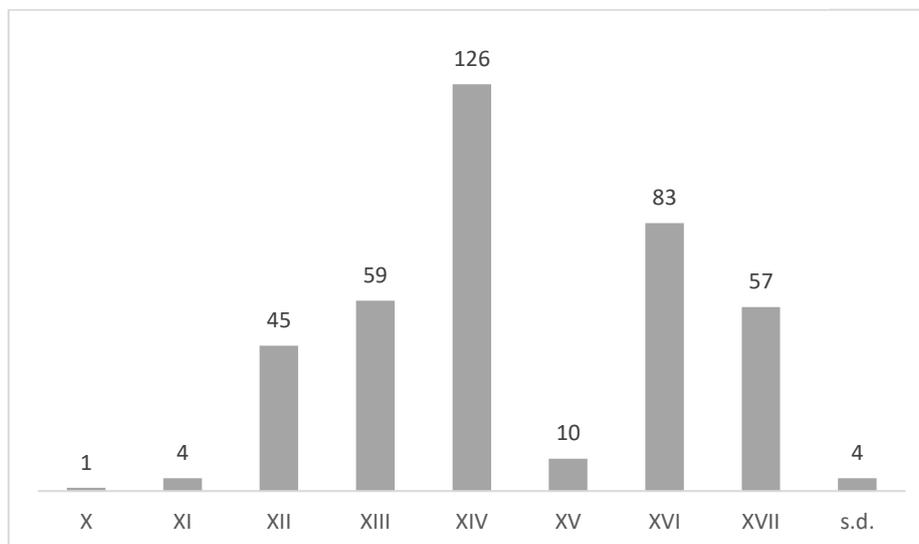
### **2.3.3. Distribuição cronológica e contexto histórico**

A datação dos documentos do tomo revela bem a importância da memória medieval no período moderno.

<sup>168</sup> A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 100, nº 22.

<sup>169</sup> A.N.T.T., Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 100.

**Gráfico 1 – Datação dos documentos por séculos.**



Antes de mais, importa referir que o tomo apresenta oito documentos sem data, mas, a partir da análise de outros a que estavam associados e/ou dos escreventes, foi possível atribuir uma data crítica a quatro. Entre os não datados, inclui-se uma carta do rei D. Dinis, já que não apresenta o ano em que foi elaborada e não foi possível localizá-la na respetiva chancelaria. Assim, englobando os séculos X a XV (246 documentos) e o supramencionado diploma régio, podemos afirmar que cerca de 63,2% do conteúdo do tomo é medieval.

Como referido anteriormente, a organização é geográfica e maioritariamente cronológica, salvo algumas exceções, como o instrumento que inaugura o tomo. Trata-se da doação de D. Teresa (1128)<sup>170</sup>, seguindo-se a *Doação por onde consta a fundação deste mosteiro*<sup>171</sup> (922) e a doação de muitas propriedades outorgada por Soeiro Fromarigues (1093)<sup>172</sup>. Parece-nos que Manuel Joaquim Pereira do Vale hierarquizou os documentos de acordo com a sua importância para a história do mosteiro de São Salvador de Grijó, daí começar pela carta da condessa.

No tomo, constam cinco documentos dos séculos X e XI:

- A doação feita pelos irmãos que assinala a fundação do mosteiro (922);

<sup>170</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 1, nº 1.

<sup>171</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 2, nº 2.

<sup>172</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 3, nº 3.

- Duas doações outorgadas por Soeiro Fromarigues (1074<sup>173</sup> e 1093);
- A doação de uma herdade por Soeiro Pais e sua mulher (1077<sup>174</sup>);
- O testamento de Ero Dias (1081<sup>175</sup>).

Nesta altura, o mosteiro de São Salvador de Grijó estaria ainda numa fase embrionária, bastante dependente da família patronal. Como refere Luís Carlos Amaral, o «ponto de viragem» deu-se em 1093: «Soeiro Fromarigues não só doou ao Mosteiro importantes bens, como procedeu à reedificação do templo e promoveu uma nova sagração, da qual se encarregou o bispo Crescónio de Coimbra»<sup>176</sup>. Este documento foi contemplado no tombo e, como já indicado, curiosamente o copista reproduziu o sinal do bispo<sup>177</sup>, o que poderá demonstrar a importância que tal doação ainda possuía no século XVIII.

Sobre o século XII, relativamente à tipologia documental, não estranhará que todos os documentos digam respeito a aquisição de propriedade por parte dos cónegos, pois estamos perante o início do processo de construção do património monástico. O mesmo se constata em relação à centúria de Duzentos. Em ambos os períodos, verifica-se já o estabelecimento de relações com outros mosteiros: Vila Cova (1182<sup>178</sup>), Ancede (1191<sup>179</sup>) e Arouca (1272, 1280 e 1296<sup>180</sup>).

Entre os séculos contemplados pelo tombo, é evidente a supremacia do XIV. Terá sido este um período particularmente intenso de escrita no mosteiro de Grijó? Se sim, porquê?

O elevado número de documentação datada desta centúria coincide com as conclusões avançadas por Luís Carlos Amaral. O autor explica que este momento ficou marcado por uma profunda crise social e económica à qual nenhuma instituição escapou, incluindo a comunidade monástica de Grijó. Como tal, o mosteiro teve de encabeçar mudanças para potenciar os seus rendimentos, pois facilmente poderiam

<sup>173</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 36v, nº 34.

<sup>174</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 164v, nº 23.

<sup>175</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 94, nº 20.

<sup>176</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó...*, p. 169.

<sup>177</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 3, nº 3. Sobre o sinal rodado do bispo Crescónio de Coimbra, cf. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 88.

<sup>178</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 342, nº 4.

<sup>179</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 113, nº 1.

<sup>180</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 211v, nº 6; fl. 212, nº 7; fl. 112, nº 1.

decrecer naquele contexto. Uma das alterações passou pelo aumento do número de territórios em administração indireta e o principal alvo foi o património situado sobretudo nas imediações de Grijó<sup>181</sup>. Esta reorganização aplicou-se maioritariamente nos casais, até porque constituíam o tipo de propriedade mais comum<sup>182</sup>.

Por esse motivo, multiplicaram-se os contratos celebrados entre o mosteiro e os caseiros. Os dois principais vetores de mudança passaram por estabelecer contratos de arrendamento, pois «permitiriam não só uma maior mobilidade da terra, mas também uma actualização mais rápida das rendas»<sup>183</sup>, e rendas em dinheiro. Estas poderiam representar um risco, principalmente neste contexto de crise, mas os cónegos regrantes não abandonaram por completo as rendas em géneros. Além disso, o mosteiro apostou claramente em terras com infraestruturas agrícolas e em culturas/áreas que poderiam ser mais rentáveis, como a vinha e a criação de gado<sup>184</sup>. De realçar novamente uma outra mudança, em concreto a restrição da influência dos fidalgos no património monástico a partir de 1364.

Apresentada esta contextualização histórica, percebemos a superioridade numérica de documentos datados do século XIV em relação à de outros períodos. É uma centúria de mudanças para o mosteiro de Grijó que, naturalmente, precisou de as registar por escrito.

Após o século mais representado entre a documentação copiada no tombo, segue-se um dos menos expressivos: o XV com apenas 10 documentos. Como se explica este “vazio documental”? Espelhará a calma, a estabilidade, depois da “tempestade” na administração monástica em Trezentos? Representará o sucesso ou o insucesso desta política? De facto, não poderemos adiantar conclusões definitivas sobre este assunto, pois a nossa fonte é, naturalmente, restrita. Neste tombo apenas se copiaram 10 instrumentos desta centúria, mas poderão existir originais ou outras cópias deste período no fundo de Grijó ou noutros acervos documentais.

Inês Amorim explica que o cenóbio grijoense adquiriu a quase totalidade das suas terras entre os séculos X e XV. A partir deste momento, «a possibilidade de alteração das

---

<sup>181</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó...*, pp. 63 e 64.

<sup>182</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó...*, p. 37.

<sup>183</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó...*, p. 65.

<sup>184</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó...*, pp. 65, 66 e 68.

fronteiras da territorialidade faz-se numa forma muito mais subtil»<sup>185</sup>. No tomo, não se encontra nenhum documento desta cronologia que diga respeito à compra de novas propriedades. Contam-se somente um testamento, sete sentenças, uma execução e uma confirmação.

Do período entre 1401 e 1500, existirão, com certeza, outros diplomas relativos a esta casa monástica, mas não parecem ter tido lugar numa coleção com esta finalidade ou neste tomo em específico porque poderiam eventualmente dizer respeito a outras localidades e, portanto, estariam copiados noutros tomos. No entanto, se Inês Amorim concluiu que o património grijoense não aumentou no século XV, talvez não tivesse sentido copiar contratos ‘temporários’ de gestão fundiária na coleção *Duasonis e mais titulos de bens do mosteiro de Grijo*, mas sim aqueles que proporcionaram ajustes duradouros ou mesmo permanentes às fronteiras do mosteiro, os quais, segundo a história da instituição, não terão abundado em Quatrocentos.

Contrastando com a centúria anterior, o século XVI conta com 80 documentos. Nesta época, o mosteiro atravessa uma fase particular e que culmina na repartição do seu património e da sua comunidade. Como indicado anteriormente, após o Concílio de Trento, o rei D. João III encetou com sucesso uma reforma monástica, começando com os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, mais concretamente, com o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, seguindo-se São Vicente de Fora e São Salvador de Grijó<sup>186</sup>. Para este último, uma das consequências desta renovação monástica foi a mudança para um novo edifício na serra de Quebrantões, em Vila Nova de Gaia. Na década de 1560, a comunidade monástica separou-se e dividiu os respetivos bens. Apesar da repartição, no tomo, consta um instrumento de 1588 relativo a Mozelos<sup>187</sup>. São incluídos outros nove documentos sobre esta localidade<sup>188</sup> e um sobre Anta<sup>189</sup>, mas são anteriores ao momento da separação.

---

<sup>185</sup> AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó. Senhorio e propriedade...*, p. 45.

<sup>186</sup> COSTA, Marta Sofia – *A construção da memória...*, pp. 35 e 36.

<sup>187</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 109, nº 6.

<sup>188</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 102v, nº 1; fl. 103, nº 2; fl. 104, nº 3; fl. 104v, nº 4; fl. 104v, nº 4.1; fl. 105v, nº 5; fl. 106, nº 5.1; fl. 107v, nº 5.2; fl. 108, nº 5 a).

<sup>189</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 112, nº 1.

Neste período, verificamos que o mosteiro de Grijó adquiriu propriedades, dedicando-se também ao alargamento do seu muro e cerca<sup>190</sup>, projeto iniciado em 1579, possibilitando o abrangimento de «parcelas bem situadas entre a pedreira e Mosteiro, onde se partisse a pedra, dando continuidade às obras constantes nos dormitórios, claustros, refeitórios, aidos e azenhas»<sup>191</sup>. Seguiu-se a demarcação da cerca em 1598 e, entretanto, já se tinha realizado a construção de dois canos de água vindos do lugar de Murracezes<sup>192</sup>.

Desta forma, a comunidade monástica grijoense estaria a fortalecer o seu património, após a divisão do mesmo com São Salvador da Serra. Aliás, o novo mosteiro recebeu mais bens do que o seu congénere medieval, em 1566<sup>193</sup>, o que pode ter motivado São Salvador de Grijó a engrandecer e potenciar os seus domínios, como demonstrado no parágrafo anterior. Assim, classificamos o século XVI, sobretudo a segunda metade, como um momento de procura de reafirmação por parte de Grijó.

Após o Concílio de Trento, desenvolveu-se entre as comunidades monásticas a consciência de que se tornava necessário registar por escrito a sua história. Neste contexto, em Portugal, multiplicaram-se os textos hagiográficos e crónicas religiosas que, com maior ou menor rigor histórico, contavam o percurso destas instituições, interligando-o não raras as vezes com a própria afirmação da identidade do reino, principalmente após a restauração da independência em 1640<sup>194</sup>.

Entre estes escritos, destacamos a *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do patriarca S. Agostinho*, escrita por D. Nicolau de Santa Maria e publicada em 1668, na qual se estabelece a história desta ordem, recorrendo tanto a factos, como a fabulações. Já a *Crónica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó*, da autoria de D. Marcos da Cruz e datada de 1634, diferencia-se daquela (e de outras crónicas religiosas da época) porque, segundo Marta Sofia Costa, apresenta uma perspetiva de afirmação deste cenóbio enquanto instituição, afastando-se de excessivas menções a episódios e personagens miraculosos<sup>195</sup>.

---

<sup>190</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 11, nº 12; fl. 24, nº 26.

<sup>191</sup> AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó...*, p. 75.

<sup>192</sup> AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó...*, pp. 75 e 77.

<sup>193</sup> AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó...*, p. 25.

<sup>194</sup> COSTA, Marta Sofia – *A construção da memória...*, pp. 54, 56 e 57.

<sup>195</sup> COSTA, Marta Sofia – *A construção da memória...*, pp. 67 e 68.

Não esqueçamos ainda o processo de fortalecimento do poder central e local que se prolongou da Idade Média à Moderna, o que justifica também a necessidade de as instituições monásticas sedimentarem o seu poder e património. Neste contexto, nos últimos anos do século XVI, os cónegos grijoenses dedicaram-se a demarcar os seus territórios. Como consequência da colocação de novos marcos no couto de Grijó, registou-se um conflito com o conde da Feira, estando em causa concretamente o lugar da Regedoura, na freguesia de Nogueira da Regedoura, e que resultou na eliminação desses marcos<sup>196</sup>. Curiosamente, Manuel Joaquim Pereira do Vale não incluiu nenhum documento sobre este ajuste de fronteiras.

Ainda relativamente aos conflitos com o conde da Feira, o copista selecionou quatro sentenças, mas apenas uma se afigura relevante neste contexto: uma sentença de 1540 sobre a posse de uns maninhos. Se nesta data o mosteiro de São Salvador de Grijó advogou pela livre utilização dos maninhos e montados, no século XVII, chamou a si a sua gestão e começou a emprazá-los, o que não foi aceite de bom grado pelos moradores. Dada a existência de livros em que foram compilados estes contratos<sup>197</sup>, o tomo em estudo, além da supramencionada sentença, apresenta apenas uma outra *entre o mosteiro e os cazeiros de seos cazaes de Ações sobre huns montados que elles tinham tomado e os lavravão sem delles pagarem foros*<sup>198</sup>. O emprazamento de terrenos baldios permitiu o aumento da área de cultivo e dos rendimentos, evitando encargos pesados<sup>199</sup>.

Além dos documentos já referidos e expectáveis, pois são relativos à aquisição de terras, destacamos um *stromento* em particular. Em 1656, os moradores da freguesia de Perosinho solicitaram ao mosteiro de Grijó permissão para *colocar na igreja della o Santicimo Sacramento, e se obrigavam a sustentallo com a devida veneração e desencia*<sup>200</sup>. O prior e cónegos anuíram e fundou-se inclusivamente uma confraria. Porque se incluiu este escrito no tomo? Não se referindo diretamente à posse de propriedades, remete para uma das igrejas da apresentação do mosteiro, espelhando o

---

<sup>196</sup> AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó...*, pp. 91 e 92.

<sup>197</sup> AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó...*, pp. 79 e 115.

<sup>198</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 261v, nº 16.

<sup>199</sup> AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó...*, p. 117.

<sup>200</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 72, nº 1.

exercício do seu poder de padroado e a sua influência, bem como o facto de se tratar de uma fonte de rendimentos, já que receberia as dízimas.

De uma perspetiva cronológica, o último documento copiado no tombo data de 1672<sup>201</sup>, uma distância de tempo considerável até 1749. Não encontramos razão para a ausência de documentação deste período, a não ser a possível inclusão noutros tomos.

O tombo em estudo conserva fontes medievais e modernas relevantes para a história do mosteiro de São Salvador de Grijó e, conseqüentemente, da economia e sociedade do reino de Portugal, pois o património monástico era vasto, envolvia muitas pessoas e pesados rendimentos. A cópia desta documentação, maioritariamente medieval, contribui para a preservação da memória de tempos passados, de toda a riqueza fundiária que Grijó conseguiu acumular ao longo dos anos e de como a geriu. Revela ainda a importância inegável da Idade Média para a construção desta comunidade monástica.

#### **2.3.4. Testemunhas**

Em todos os aspetos analisados relativos ao conteúdo dos documentos que compõem o tombo em estudo, mas em particular neste ponto, podemos e devemos questionar se os resultados que apresentamos são representativos da realidade, se revelam tendências próprias do respetivo contexto histórico. Consideramos esta reflexão particularmente importante neste ponto porque as testemunhas assumiram um papel evolutivo e diferenciado na documentação ao longo da Idade Média.

No início da Época Medieval, era frequente usar como forma de validação um elenco de “*testes fictícios*”<sup>202</sup>, por norma um conjunto de três nomes, em conjugação, ou não, com a presença das testemunhas. Significa que os nomes dos *testes* poderiam não corresponder a pessoas concretas que assistiram à elaboração do escrito ou nem sequer correspondiam a pessoas reais. A título de exemplo, referimos os *testes* da venda de uma herdade por Geraldo Domingues em 1229: *qui praesentes fuerunt Petrus, Martinus, Joannes testes*<sup>203</sup>. Não incluímos os *testes* no levantamento de testemunhas. Nesse caso, apenas tivemos em conta nomes de pessoas associados a cargos ou ofícios

---

<sup>201</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 203v, nº 5.

<sup>202</sup> SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral...*, p. 159.

<sup>203</sup> A.N.T.T., Cónegos Regrantos de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 5.

e/ou que estavam expressamente relacionados com o mosteiro de Grijó. Assim sendo, notar-se-á uma oscilação nos resultados obtidos porque, com o decurso do tempo, o rol de testemunhas tornou-se mais frequente, extenso e pormenorizado, fazendo-se acompanhar eventualmente por assinaturas e/ou sinais. No entanto, como já mencionámos, estas subscrições não foram sistematicamente copiadas no tomo.

Além de validarem os respetivos documentos, as testemunhas adquirem outra função no nosso estudo: permitem construir uma imagem, ainda que com lacunas, da comunidade monástica, entre cónegos, familiares e outras pessoas ligadas ao mosteiro. Debrucemo-nos primeiro sobre o funcionamento interno da instituição para percebermos qual o papel destes indivíduos. Sabemos já que os cónegos tinham terras sob exploração direta e indireta e, como tal, precisavam de trabalhadores. Sabemos também que o mosteiro se ressentiu com a crise do século XIV, portanto restringiu os direitos da família patronal e suprimiu a entrada de mais cónegos durante este período delicado<sup>204</sup>.

Luís Carlos Amaral afirma que, durante a década de 1360, «é bastante clara a divisão da comunidade monástica em duas partes distintas mas complementares»<sup>205</sup>: de um lado, o prior; do outro, os cónegos. Durante o priorado de D. Afonso Esteves, o número de cónegos não seria superior a 20 (incluindo o prior claustral): 11 estariam no convento para rezarem as missas e seis seriam párocos nas igrejas do padroado monástico. Haveria ainda quatro conversos<sup>206</sup>.

Além desta comunidade, contam-se ainda os familiares do mosteiro e os procuradores. Os primeiros correspondiam a “verdadeiros criados a quem Grijó vestia e alimentava, além de lhes pagar um determinado salário”<sup>207</sup>; como referência, eram 41 em 1365. Os segundos representavam a instituição quando surgia algum problema na gestão de bens ou direitos<sup>208</sup>.

A reforma do século XVI gerou mudanças. A Congregação de Santa Cruz realizava um Capítulo Geral com os mosteiros que a ela pertenciam, onde se definiam as normas comuns a todos. O prior do mosteiro de Santa Cruz efetuava visitas periódicas às

---

<sup>204</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó...*, p. 147.

<sup>205</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó...*, p. 148.

<sup>206</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó...*, pp. 148 e 149.

<sup>207</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó...*, p. 152.

<sup>208</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó...*, pp. 152 a 155.

outras comunidades monásticas, mas estas permaneciam independentes. Em São Salvador de Grijó, em teoria, o prior e os cónegos conciliários (vigário, mestre dos noviços, porteiro-mor e procurador) “governavam a Casa fazendo prazos de pouco valor, resolvendo assuntos costumados, ou então decidindo empréstimos”<sup>209</sup>. A comunidade monástica decidia em conjunto o que “comprar, vender, escambar, emprazar, arrendar”<sup>210</sup>, mas, Inês Amorim concluiu que, na prática, apenas o prior e cónegos conciliários tratavam destes contratos. Progressivamente o quarto cónego conciliário, o procurador, acumulou mais funções e, para o auxiliar, tinha um *companheiro* e os familiares do mosteiro como testemunhas na documentação<sup>211</sup>.

Contam-se ainda os rendeiros, o padre camareiro e o escrivão. O escrivão é definido por Inês Amorim como o «registador de toda a receita e despesa da Casa, da Sacristia, celeiro e ofícios, e ainda todos os assuntos que se tratassem nos capítulos»<sup>212</sup>. Dadas estas funções é natural que este homem não esteja presente na documentação em estudo como escrevente, apenas como testemunha.

Pela análise da documentação, percebemos que a referência mais antiga à presença de testemunhas data de 922<sup>213</sup>, surgindo *Trarigu frater, Benedictus frater e Gotus frater*, sem ser especificado a que comunidade pertenciam. Sendo este o documento que marca a fundação do mosteiro de Grijó, seriam já monges grijoenses? De acordo com o sumário feito por Robert Durand, neste ato, o abade Guterre e o seu irmão Ausendo concedem ao novo estabelecimento os bens necessários para a vida dos religiosos e religiosas e para a prática do culto<sup>214</sup>. Possivelmente existiria já naquele espaço uma comunidade, por mais pequena que fosse. *Tragarigu, Benedictus e Gotus* passaram a pertencer ao convento grijoense a partir daquele momento.

Em 1093<sup>215</sup>, a lista é maior: *Fernandus presbiter et monachus, Sesnandus presbiter et monachus, Fernandus presbiter, Ramirus presbiter, Garsia presbiter, Adefonsus presbiter, Erus archidiaconus, Petrus diaconus, Martinus decanus e Sesnandus*

---

<sup>209</sup> AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó...*, p. 86.

<sup>210</sup> AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó...*, p. 86.

<sup>211</sup> AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó...*, pp. 85 a 87.

<sup>212</sup> AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó...*, p. 87.

<sup>213</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 2, nº 2.

<sup>214</sup> *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó...*, pp. 125 e 126.

<sup>215</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 3, nº 3.

*diaconus*. Pertenceriam, então, à comunidade de Grijó, pelo menos, dois presbíteros e monges (em simultâneo), quatro presbíteros, um arce-diácono, dois diáconos e um deão.

A partir do final do século XIII, as referências são mais explícitas. Enquanto em 1266 se menciona sucintamente um *Stephanus Martini presbiter*<sup>216</sup>, quatro documentos da década de 1290 apresentam mais pormenores sobre os membros da comunidade. Em 1293, num documento: *Dom Domingos Vicente priol, Estevam Simhões e Domingos Pires coonegos de Igrijo e Joham Duram frade confesso*<sup>217</sup>; noutro: *Estevam Simhões e Martim da Costa conegos de Eigrijoo*<sup>218</sup>. Em 1299, num documento: *Steve Simhões e Steve Eannes coonegos de Eigrijoo*<sup>219</sup>; noutro: *Donno Francisco sachrista, Martinho Petri canonicus ejusdem monasterii, Dominico Paschasi de Cauto dicti monasterii*<sup>220</sup>. Neste último, surge também Martino da Costa que poderá ser o cónego Martim da Costa mencionado em 1293. Além disso, Dominico Paschasi poderia ser um familiar e provavelmente viveria no couto de Grijó (uma vez que se acrescentou ao nome a indicação *de cauto dicti monasterii*). Estas referências não permitem averiguar quantos religiosos viveriam no mosteiro em simultâneo, mas permitem perceber a hierarquia existente: prior, cónegos, frades confessos, sacristão e familiares do mosteiro. Denote-se ainda que o cónego Estevão Simões surge três vezes, apontando para a possibilidade de ser um cónego mais presente no momento da elaboração de instrumentos.

Se o século XIV é o mais preponderante no conjunto de documentos do tombo, também o é nas referências a testemunhas. Pela abundância de nomes, referimos apenas os cargos ocupados por estes homens e o período em que são mencionados.

---

<sup>216</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 59v, nº 13.

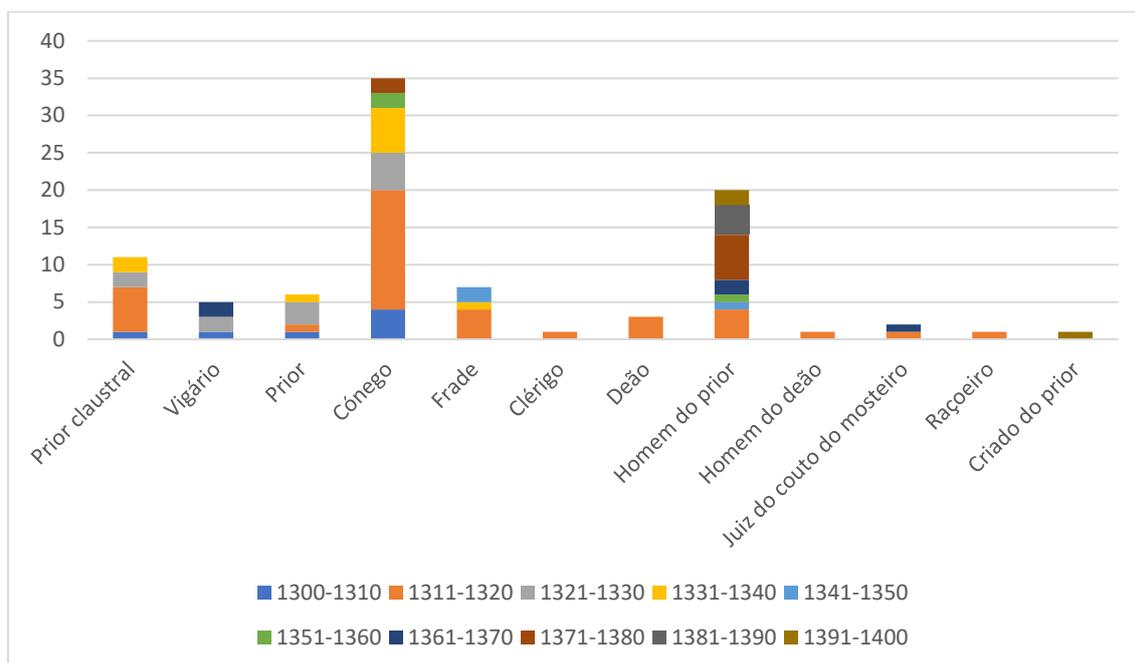
<sup>217</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 70, nº 25.

<sup>218</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 224v, nº 1.

<sup>219</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 149, nº 11.

<sup>220</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 156v, nº 7.

**Gráfico 2 – Membros da comunidade do mosteiro de Grijó que testemunham documentos no século XIV.**



O gráfico revela que o período em que é mencionada a maior variedade de membros da comunidade de Grijó é 1311-1320: configura todos os cargos enunciados, exceto vigário e criado do prior. Não é de estranhar que a função de cônego seja mais frequentemente nomeada do que as restantes, dado o seu maior número dentro do mosteiro e de nele viverem em permanência. Assinala-se ainda uma presença notória de homens do prior, principalmente a partir da segunda metade do século XIV, uma vez que antes só são mencionados em 1311-1320 e ressurgem em 1351-1360, permanecendo até 1400.

Em 1363 e 1364, refere-se *Johane Annes vigario homem do priol d'Igrijoo*, incluído no gráfico apenas como vigário. Esta posição de vigário é referida cinco vezes no século XIV e duas são desta forma.

Não foi incluída uma testemunha de 1394, apresentada como *Pero Gil homem de Gil Gonçalves homem de Eigrijoo*. Pero Gil ocupa uma espécie de “subcategoria” na comunidade de Grijó, pois é “homem” de um “homem do mosteiro”. Convém salientar que estamos a referir-nos à comunidade como um todo, não só à parte monástica, mas sim a todas as pessoas que prestam serviços ou estão ligadas ao mosteiro de alguma forma.

Também na análise das testemunhas verificámos uma oposição entre a realidade encontrada no século XIV e a da centúria seguinte. Apenas um documento elenca membros da comunidade: *Fernam Gonsalves e Joham Gomes coonigos de Igrijoo e Nuno Rodrigues criado do moesteiro de Eigrijoo*<sup>221</sup>. De realçar o número reduzido de instrumentos redigidos em Quatrocentos que foram copiados para o tombo.

Em contrapartida, o século XVI já congrega mais menções e introduz outras posições existentes na comunidade grijoense, incluindo as de familiares do mosteiro. Este ponto demonstra como os documentos escolhidos para este tombo de meados do século XVIII espelham perfeitamente a história e o percurso do mosteiro de São Salvador de Grijó. Como explicado anteriormente, na Época Moderna, os familiares são as “testemunhas por excelência”. Apenas uma das dez alusões a membros da comunidade no século XVI não diz respeito a familiares do cenóbio. Agrupando os nomes iguais e que, dada a proximidade cronológica, poderão corresponder à mesma pessoa, contamos 12 familiares. São referenciados ainda Pedro Afonso, porteiro da porta de fora do mosteiro, e João Rodrigues, sineiro do mosteiro.

Por último, no século XVII, a indicação de cargos é mais escassa, mas, mesmo assim, introduzem-se três não referidos até ao momento: D. Sebastião das Chagas, procurador do mosteiro, Manuel Fernandes, solicitador do mosteiro, e Manuel Brandão, criado dos padres de Grijó.

Os documentos foram igualmente validados por testemunhas não pertencentes à comunidade monástica. Entre os 389 documentos, contaram-se 310 testemunhas com 72 cargos, ofícios ou ocupações diferentes, sendo que 38 destes só surgem uma vez. O número total de testemunhas foi obtido a partir da contagem do número de vezes em aparecem, sem as associar entre si. Significa, então, que, entre estes nomes, poderão estar pessoas repetidas, mas que testemunharam mais do que um documento.

Pelos números apresentados, percebe-se que dificilmente conseguimos extrair conclusões aprofundadas sobre esta questão. É verdade que se registou um conjunto considerável de testemunhas, mas também é verdade que os valores estão dispersos. O facto de, entre 72 cargos, ofícios ou ocupações, apenas 34 surgirem mais do que uma vez, e 38 aparecerem numa ocasião, faz com que pouco se conclua sobre cada século.

---

<sup>221</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 43, nº 6.

Aliás, apenas nove cargos comparecem em mais do que dez ocasiões, o que não é muito expressivo, tendo em conta que o tombo se compõe por 389 documentos dispersos por setecentos anos.

Passemos, então, ao que é possível concluir a partir destes números. O século em que se verifica o maior número de testemunhas é o XIV (187), o que não é de estranhar, pois também é o período que apresenta maior número de documentos no tombo. Não obstante este resultado, nesta fase surgem com maior frequência seis cargos, ocupações ou ofícios: abade, tabelião, “homem de...”<sup>222</sup>, cavaleiro, clérigo e escudeiro. Os abades testemunham 38 vezes durante toda a cronologia estudada, sendo que 33 destas são no século XIV, o que espelha a complexificação das relações externas de São Salvador de Grijó com outras entidades religiosas. Deve ressaltar-se que estes abades poderão estar somente a testemunhar documentos relativos a propriedades próximas da sua área de influência, mas a sua presença revela a própria área de influência do mosteiro grijoense. Encontramos abades de Pedroso e Sanguedo, próximos de Grijó, mas também de Esmoriz e Válega, pois, nesta cronologia, os cónegos grijoenses administravam um património «limitado a norte pelo rio Douro, a sul pelo Vouga, a oeste pelo oceano e a este pelo curso do Febros»<sup>223</sup>.

A presença dos “homens de...” (referidos 20 vezes) e dos criados (referidos 15 vezes) não deixa de ser curiosa. Demonstra que seria frequente o recurso a estas pessoas para validarem os documentos, por exemplo quando acompanhavam um tabelião ou um bispo. No primeiro caso, vem sempre explicitado a quem se associam estes “homens de...”. No segundo, também é muito comum aparecerem como “criado de...”, sobretudo criado do tabelião que redige o documento: *Niculao Gonçalves criado de mim tabaliam* (referindo-se ao tabelião Belchior Ferreira)<sup>224</sup>.

Em relação aos ofícios, o predominante é o de alfaiate que surge 11 vezes, sendo que oito são no século XIV, seguido do de sapateiro (identificado sete vezes). Contam-se muitos mais, mas aparecem somente uma ou duas vezes, tais como os de moleiro, barbeiro, oleiro, pedreiro, azeiteiro, lavrador... Não obstante, a presença destes homens testemunha igualmente a realidade do seu tempo, o quotidiano, a sociedade, a

---

<sup>222</sup> Com “homem de...”, referimos às menções a “homem do tabelião”, “homem do clérigo”, “homem do bisp”, etc.

<sup>223</sup> AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó...*, p. 34.

<sup>224</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 229, nº 2.

economia. Ao realizar o levantamento das testemunhas para perceber quem estava envolvido nesta documentação do mosteiro de Grijó, estávamos simultaneamente a reunir uma parte dos agentes económicos dos séculos abrangidos pelo tomo. Como já referido, os resultados obtidos não são muito expressivos, talvez por serem documentos de uma comunidade monástica e relativos à sua gestão interna, mas, mesmo assim, podem fornecer dados para um estudo socioeconómico.

Possivelmente por se tratar de um tomo de origem monástica, onde não abunda documentação relativa a questões entre o mosteiro e os concelhos ou o rei, por exemplo, verificámos uma maior presença de religiosos (abades e clérigos) e dos seus criados e homens. Contudo, devemos salientar o papel dos tabeliães públicos como as testemunhas. Esta situação é expectável dada a sua importância crescente na Idade Média. Estes profissionais da escrita eram figuras socialmente reconhecidas e respeitadas pelo cargo que ocupavam, pois só eles conferiam fé pública a um documento<sup>225</sup>. Se personificavam o valor da escrita, eram relevantes como testemunhas e como escreventes, o que se comprova nos instrumentos copiados no tomo em análise.

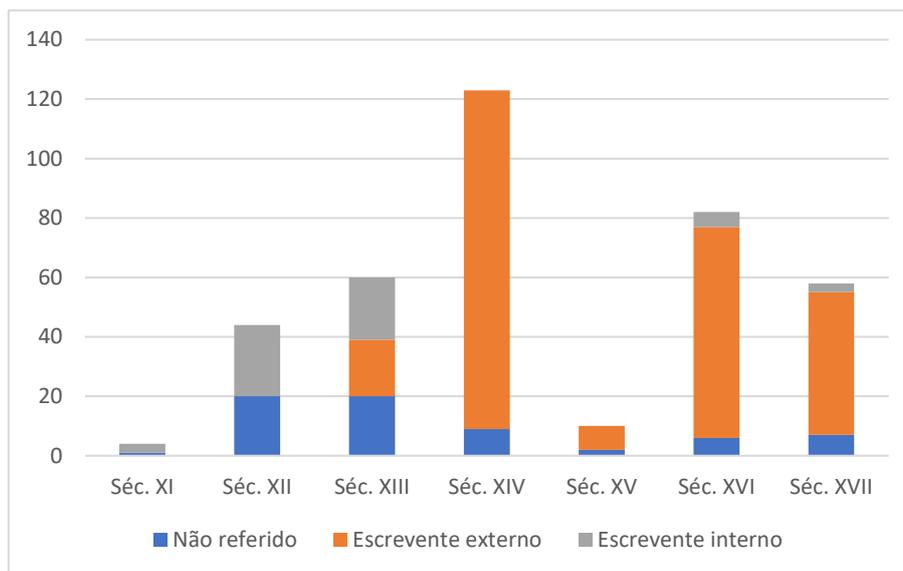
### **2.3.5. Escreventes**

Debrucemo-nos agora sobre quem escreveu os documentos que compõe este tomo. Congregámos 351 referências a escreventes, o que significa que apenas 39 documentos não explicitam quem os elaborou, como é exemplo a carta de fundação do mosteiro de Grijó, o único instrumento incluído do século X. Nas centúrias seguintes, a quase totalidade menciona o respetivo escrevente, numa fase inicial seguido dos verbos de ação (*scripsit* e *notavit*) e, mais tarde, também do seu sinal público, quando o possuíam.

---

<sup>225</sup> SEABRA, Ricardo Lema Sinde Rosmaninho – *O tabelionado na cidade do Porto no século XV*. Porto, 2020, p. 29.

**Gráfico 3 – Escreventes dos documentos copiados no tombo.**



Mesmo considerando pertencentes ao mosteiro de Grijó todos os *presbiteri, diaconi, subdiaconi* e *canonici* não associados a uma comunidade religiosa em específico, verificamos uma menor presença dos escriventes internos, perante os externos, no decurso dos séculos. De facto, os primeiros têm mais peso nos séculos XI, XII e XIII, decrescendo posteriormente. Significaria, então, que o *scriptorium* grijoense não seria ativo na produção documental? Recorreriam os cónegos a outros profissionais da escrita? Ou haverá uma relação com a tipologia documental produzida? Já Robert Durand se questionou acerca do funcionamento deste *scriptorium*: considerou a probabilidade de todos os documentos terem sido elaborados pelos cónegos de Grijó, mas não lhe foi possível chegar a uma conclusão, pois não perdurou nenhum original e o mais frequente foi mencionar apenas o nome próprio ou, mesmo que acompanhado por *presbiter* ou *canonicus*, não era referida a comunidade a que pertencia<sup>226</sup>.

No caso da documentação copiada neste tombo de 1749, poucas informações extraímos sobre o *scriptorium*. Apesar de se reunirem algumas referências à produção documental no mosteiro, a preponderância de homens da escrita externos à instituição é muito superior. A viragem ocorre em 1266, o primeiro ano em que surgem dois

<sup>226</sup> DURAND, Robert – “II. Saint-Sauveur de Grijó au temps de la Reconquête” ..., p. XLII.

escreventes que não pertencem à comunidade: um tabelião público do Porto<sup>227</sup> e um juiz de Gaia<sup>228</sup>. A partir desse momento, todos os notários são de fora do mosteiro, à exceção de um: em 1300, *Bertolameu Eannes coonigo de Egregoo* redigiu o testamento de um escudeiro<sup>229</sup>. Contudo, o facto de não ter perdurado o original do testamento, mas sim uma cópia feita em 1304 por Nicolau Eanes, tabelião de Gaia e Vila Nova, revela como os tabeliões públicos se tornaram cruciais no mundo da escrita. Se até ao século XIII em Portugal «nem os outorgantes eram obrigados a recorrer a estes homens, nem o ofício lhes dava autoridade para que só por si o texto ficasse revestido de fé pública»<sup>230</sup>, a partir desse momento a situação altera-se. O sinal notarial de um tabelião público conferia fé pública, validade e autenticidade ao documento<sup>231</sup>. Não é de estranhar, então, que o mosteiro de Grijó recorresse a estes homens para redigir os seus documentos, assim que o tabelionato se estabelece no reino de Portugal e, mais concretamente, na vizinha cidade do Porto.

Quais as referências, mesmo que vagas, ao *scriptorium* grijoense? Como referimos, considerámos como escreventes internos todos os religiosos, mesmo que não estejam explicitamente associados a uma comunidade monástica. Independentemente de ter uma forte tradição de escrita, antes do desenvolvimento do tabelionato público, ao mosteiro de Grijó pertenceriam certamente homens que sabiam ler e escrever.

No século XI, entre os escreventes, contam-se três presbíteros. Além disso, em 1093, a doação de Soeiro Fromarigues contém uma referência interessante que elucida sobre o funcionamento do exercício da escrita: *Pelagius presbiter dictavit Gunsalvus presbiter notavit*<sup>232</sup>, pressupondo a existência de um homem a ditar o conteúdo (*dictator*) e outro a registar por escrito (*notator*)<sup>233</sup>.

No caso do século XII, reunimos 41 notários entre os 44 documentos e 22 destes acompanham o nome próprio com a sua função – neste caso, todos são religiosos: cónegos, presbíteros, um diácono e um subdiácono. Destaca-se a primeira (e única neste

---

<sup>227</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 59v, nº 13.

<sup>228</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 168v, nº 28.1.

<sup>229</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 227v, nº 1.1.

<sup>230</sup> SEABRA, Ricardo Lema Sinde Rosmaninho – *O tabelionato...*, p. 29

<sup>231</sup> SEABRA, Ricardo Lema Sinde Rosmaninho – *O tabelionato...*, p. 29.

<sup>232</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 3, nº 3.

<sup>233</sup> Sobre as funções na chancelaria e seu significado, cf. CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)*. Coruña: Editorial Toxosoutos, 2005.

período) referência clara a um notário pertencente ao mosteiro de Grijó, *Martinus Ecclesiola canonicus prsbiter notuit*<sup>234</sup>.

Entre os 60 documentos do século XIII, 52 indicam quem os redigiu e metade destes fornecem informações precisas sobre a proveniência dos respetivos escreventes. Comparativamente à centúria seguinte, este é mais rico em referências a estes homens: João, cónego de Grijó (1213<sup>235</sup>, 1226<sup>236</sup>, 1229<sup>237</sup> e 1239<sup>238</sup>); Pedro, cónego de Grijó e presbítero (1218<sup>239</sup> e 1230<sup>240</sup>); Martinho Peres, cónego de Grijó (1226<sup>241</sup>). Consideramos relevante aludir também a primeira indicação à escrita como função em 1225: *Fernandus scriptor notavit*<sup>242</sup>.

A partir de 1239, segue-se um hiato de escribas internos com a introdução oficial de externos na documentação grijoense em 1266, dos quais se destacam os tabeliões públicos do Porto, Gaia, Santa Maria, Feira e Cabanões. O mosteiro de Grijó solicitou os serviços do tabelionato público ainda na sua fase inicial de estabelecimento na cidade do Porto. O primeiro notário público que encontramos nesta documentação é precisamente Martim Eanes, o primeiro tabelião público do Porto (1242-1277)<sup>243</sup>: *Martinus Johanis publicus tabelio Portuensis civitatis*<sup>244</sup>. Como mencionado anteriormente, até ao final deste século, só surge uma vez um escrevente monástico, responsável pela redação de um testamento em 1300, mas o documento copiado no tombo foi um traslado deste testamento, feito por um tabelião público em 1304. Este escriba interno foi o último até estes homens ressurgirem no século XVI. Neste contexto, parece-nos interessante mencionar que, no *Livro das Campainhas*, códice da segunda metade de Trezentos, vem descrita a *despesa que se faz cada dia no mosteiro de Igrijoo*<sup>245</sup>. Quanto dinheiro destinavam os cónegos para a tarefa da escrita? Responde-nos o códice: *despende o mosteiro cada huum anno pera despensas das demandas e*

---

<sup>234</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 49, nº 4.

<sup>235</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 93, nº 18.

<sup>236</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 158v, nº 11.

<sup>237</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 87, nº 8.

<sup>238</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 162v, nº 19.

<sup>239</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 67, nº 21.

<sup>240</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 17, nº 17.

<sup>241</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 213v, nº 9.

<sup>242</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 153, nº 1.

<sup>243</sup> SEABRA, Ricardo Lema Sinde Rosmaninho – *Publicus tabellio in civitatis portugalensis: estudo sobre o tabelionato no Porto medieval (1242-1383)*. Porto, 2012, p. 11.

<sup>244</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 59v, nº 13.

<sup>245</sup> *Livro das campainhas...*, p. 68.

*pera escrituras e apellações e hiidas de cassa d'El Rey e hiidas que mandam a cada huum destes logares requerir estes preitos e ajudas e serviços que faz a quem lhys faz ajuda e pera tabellioes e trellados e estormentos duzentas libras*<sup>246</sup>.

No século XVI, observam-se novamente membros da comunidade grijoense a escrevem os documentos: *Gaspar Fernandes conego do dito mosteiro de Grijó e escrivam em elle* (1516)<sup>247</sup>, *Dom Jlliodoro escrivam do convento* (1549)<sup>248</sup> e *Dom Nicullao escrivam do convento* (1579)<sup>249</sup>. Em 1579, um Dom Bernardo redige um documento *por mandado do padre prior D. Francisco do mosteiro de Grijó*<sup>250</sup>. No entanto, por falta de informação, não é possível confirmar se faria parte deste *scriptorium*.

Ainda em relação a este período, em 1561, salienta-se a referência a um tabelião com alçada no couto de Grijó: *Christovam de Crasto taballiam do publico judicial do concelho de Gaya e dos coutos de Grijó, e Pedrozo, e Avintes*<sup>251</sup>. Também em 1559 é mencionado um tabelião do julgado de Gaia e seus coutos, mas não se explicita quais: *Pero Fernandes taballiam do publico e judicial em este julgado de Gaya e couttos delle*<sup>252</sup>.

No século XVII, entre os 58 documentos copiados no tombo, 44 explicitam quem os escreveu: são igualmente notários públicos ou escrivães. À semelhança da centúria anterior, conta-se um *taballiam do pubrico e judicial no julgado de Gaya e couttos delle*<sup>253</sup>. Porém, temos ainda menções a escrivães monásticos: *Dom Rafael da Conceypção escrivão do convento* (1606)<sup>254</sup>, *Dom Ambrozio da Esperança escrivam do convento* (1612)<sup>255</sup> e *Dom Antonio de Sam Francisco escrivam do convento* (1633)<sup>256</sup>.

Da análise aos escreventes dos documentos pertencentes a este tombo Setecentista, verificamos que o mosteiro de Grijó recorreu principalmente ao tabelionado público desde o seu estabelecimento na cidade do Porto em meados do século XIII. A partir de 1266, com exceção de um documento de 1300, os escreventes

---

<sup>246</sup> *Livro das campanhas...*, p. 86.

<sup>247</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 101v, nº 22 a).

<sup>248</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 151v, nº 1.2 e fl. 152, nº 1.3.

<sup>249</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 35, nº 33 b).

<sup>250</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 24, nº 26 a).

<sup>251</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 18, nº 18.1.

<sup>252</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 215v, nº 12.

<sup>253</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 273, nº 2.1.

<sup>254</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 223v, nº 16 a.1.

<sup>255</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 95v, 21.1.

<sup>256</sup> A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 334, nº 2 a.1.

internos desaparecem até ao século XVI, momento em que se observam as primeiras referências a homens da escrita do mosteiro. Contudo, mesmo com o aparecimento destes escrivães, não se verifica uma maior tendência para se recorrer a eles, pelo menos entre a documentação analisada. Os profissionais externos, em particular os tabeliães públicos, continuam a sobrepor-se.

Do ponto de vista cronológico, à exceção do termo de encerramento, o último documento incluído no tomo data de 1672 e é redigido por Gaspar Vieira Veiga, que possivelmente será um padre natural do Porto e aluno da Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra, matriculado em 26 de fevereiro de 1647<sup>257</sup>. Como sabemos, os cônegos puderam nomear um tabelião público a partir de 1665. No entanto, não figura neste tomo nenhum documento elaborado por um notário público do mosteiro de Grijó.

---

<sup>257</sup> Esta informação encontra-se no *site* do arquivo da Universidade da Coimbra (disponível em <<https://www.pesquisa.auc.uc.pt/details?id=213426>>).

## Conclusão

Esta dissertação de mestrado dedicou-se à análise aprofundada de um tomo de 1749, pertencente ao mosteiro de São Salvador de Grijó, com o propósito de recolher o maior número possível de informações sobre a produção escrita desta instituição na Idade Média, de recuperar documentação que, sem as cópias de que foi alvo, não seria conhecida atualmente, pois são escassos os originais que sobreviveram.

Ao longo dos capítulos e subcapítulos, apresentámos algumas conclusões e percebemos que a fonte testemunha a importância da memória medieval para a comunidade monástica grijoense, mas revela-se pertinente visitar essas conclusões.

Em primeiro lugar, convém referir que a elaboração deste tomo (e dos outros quatro) surgiu pouco antes da primeira extinção do mosteiro de São Salvador de Grijó em 1770, que ocorreu na sequência de um pedido régio, após uma polémica que relacionava o bispo de Coimbra, o cónego regente D. Miguel da Anunciação, com o sigilismo e a jacobea, doutrinas que o marquês de Pombal interpretava como seitas. Involuntariamente, pois não sabiam o que aconteceria passado uns anos, entre 1734 e 1761, os cónegos regentes de Grijó preparariam um conjunto de volumes que salvaguardaria muita da sua documentação e que serviria como testemunho dos seus bens, antes da integração no convento de Mafra. Seguir-se-ia um auto de sequestro (de 1770), mas os cinco tomos compõem o último registo do património do cenóbio antes do período conturbado que se iniciaria com a primeira extinção e que findaria com a extinção definitiva, em 1834.

Desta forma, em meados da centúria de Setecentos, o mosteiro de Grijó reorganizou o seu arquivo através da compilação dos cinco volumes, perfazendo praticamente cinco *miniarchives*. O volume estudado abrange documentos maioritariamente particulares, compreendidos entre os séculos X e XVII que, em conjunto, traçam uma imagem do território sob a administração da comunidade monástica ou justificam a sua influência sobre esses domínios. Entre as tipologias documentais mais frequentes, destacam-se as doações, compras/vendas e sentenças. Porém, independentemente da tipologia, todas as cópias existentes no tomo dizem respeito ao património monástico, estando em maior número aquelas que visam a aquisição de propriedade, particularmente em Vila Nova de Gaia e em Aveiro. A

distribuição cronológica das fontes evidencia um forte movimento de obtenção de terras nestas áreas durante a Idade Média, entre os séculos X e XV.

Se a tipologia documental e a distribuição cronológica fornecem informações sobre o que existiria no arquivo do mosteiro de Grijó, as formas de validação, nomeadamente as exceções apresentadas, permitem uma aproximação ao aspeto da documentação original, aproximação esta reforçada pelos comentários que Manuel Joaquim Pereira do Vale tece sobre os pergaminhos ou papéis. Desta forma, obtemos uma ideia sobre o estado de conservação do espólio documental e, através do conteúdo dos referidos comentários e do número de documentos, concluímos que a maioria da documentação estaria bem preservada. Porém, não esqueçamos que é provável que o copista se tenha servido de outras cópias, como as dos tombo do século XVI, pelo que poderá não ter tido contacto com a totalidade dos originais. Realçamos ainda que os 389 documentos copiados não correspondem a 389 pergaminhos ou papéis, dado que foram contabilizados vários instrumentos insertos noutros.

Recolhidos estes dados sobre o acervo monástico, ainda examinámos uma das formas de validação, as testemunhas, noutra perspetiva: como um meio para reconstruir parcialmente a comunidade monástica e perceber o seu funcionamento. Desta forma, além dos familiares, reunimos um conjunto de funções diversificadas que existiram no mosteiro em algum momento entre os séculos X e XVII: arcediogo, clérigo, cónego, criado do prior/do mosteiro, deão, diácono, frade confesso, homem do prior/do deão, juiz do couto do mosteiro, porteiro da porta de fora, presbítero, prior claustral, prior, procurador, raçoeiro, sacristão, sineiro, solicitador, vigário. Estas testemunhas são apenas aquelas que surgem expressamente associadas a Grijó, mas recolhemos outras que espelham a organização social e económica não só do cenóbio, como também do Portugal medieval.

Por último, os escreventes fornecem informações tanto sobre o funcionamento do *scriptorium* grijoense, como sobre a elaboração de documentos entre as centúrias abrangidas. Contudo, poucas foram as associações expressas de membros da comunidade monástica à escrita, já que, de acordo com os documentos incluídos no tomo estudado, estes cónegos regentes recorreram exclusivamente a tabeliães públicos a partir da sua implantação na cidade do Porto em meados do século XIII. Nesta fonte, desde o momento da introdução dos notários públicos na redação dos

documentos do mosteiro e até ao século XVI, não encontramos nenhuma referência a escreventes monásticos. Mesmo na centúria de Quinhentos (e Seiscentos), não estão em maioria. A esta questão se deve associar o mandato régio, de 1665, que permitiu que cada comunidade de cónegos regrantes pudesse nomear um tabelião público.

Finalizada a investigação, consideramos que, através da metodologia seguida nesta dissertação de mestrado (e no projeto RAM-NP), foi possível reconstruir o arquivo medieval do mosteiro de São Salvador de Grijó, como comprovam as conclusões extraídas da análise do nosso objeto de estudo. Esta reconstrução é parcial, já que, por um lado, dificilmente conheceremos a totalidade de documentação que passou pelas mãos destes cónegos regrantes e, por outro, estudámos apenas um dos vários tombos produzidos na Época Moderna. No entanto, se um tomo permite resgatar 389 documentos, a maioria deles do período medieval, acreditamos que o conjunto dos cinco tombos permitiria criar uma imagem mais completa do cartório de Grijó ao longo dos séculos.

## Fontes

### Manuscritas

A.D.P., K/18/3 – 68.

A.D.P., K/18/3 – 69.

A.D.P., K/18/3 – 70.

A.D.P., K/18/3 – 80.

A.D.P., K/18/3 – 81.

A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43.

A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 44.

A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 45.

A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 46.

A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 47.

### Publicadas

*Livro das campanhas (códice da segunda metade do século XIV): mosteiro de São Salvador de Grijó* (leitura e transcrição paleográfica por Jorge de Alarcão; revisão do texto, índice e notas por Luís Carlos Amaral). Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986, p. 68.

*Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles)* (introduction et notes de Robert Durand). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971.

## Bibliografia

ALARCÃO, Jorge de – “Tombo do prior D. Afonso Esteves do Mosteiro de Grijó”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XI, Vol. I, Coimbra: 1964.

ALARCÃO, Jorge de, AMARAL, Luís Carlos – “Apresentação”, in *Livro das campanhas: códice da segunda metade do século XIV: mosteiro de São Salvador de Grijó* (leitura e transcrição paleográfica por Jorge Alarcão; rev. do texto, índice e notas por Luís Carlos Amaral). Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1986.

- ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal* (preparada e dirigida por Damião Peres). Volumes II e III. Porto: Portucalense/Civilização, 1968-1970.
- AMARAL, Luís Carlos – *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV: estudo de gestão agrária*. Lisboa: Cosmos, 1994. ISBN 972-8081-34-0.
- AMORIM, Inês – *O Mosteiro de Grijó. Senhorio e propriedade: 1560-1720 (formação, estrutura e exploração do seu domínio)*. Braga: Edição de Autor, 1997.
- BARRET, Sébastien – “Le mémoire et l’écrit: l’abbaye de Cluny et ses archives (Xe-XVIIIe siècle)”. *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre | BUCEMA* [En ligne]. 13 (2009), pp. 387-390. [Consultado em 30/04/2023]. Disponível em <<http://journals.openedition.org/cem/11143>>.
- BUESCU, Ana Isabel – *D. João III: 1502-1557*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005. ISBN 972-42-3536-X.
- CASTRO, Zília Osório de – “Jacobeia”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 5-7. ISBN 972-42-2416-3.
- CLEMENS, Raymond, GRAHAM, Timothy – *Introduction to Manuscript Studies*. Ithaca/London: Cornell University Press, 2007. ISBN 978-0-8014-3863-9
- COSTA, António Domingues de Sousa – *O mosteiro de S. Salvador da Vila de Grijó (Vila Nova de Gaia)*. Vila Nova de Gaia: Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993. ISBN 972-810-1287.
- COSTA, Marta Sofia – *A construção da memória como instrumento de legitimação do presente: em torno da Crónica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó por D. Marcos da Cruz (século XVII)*. Porto, 2016. Dissertação de mestrado realizada no âmbito do Mestrado em História e Património (Mediação Patrimonial), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CUNHA, Maria Cristina Almeida e – *A Chancelaria Arqueiepiscopal de Braga (1071-1244)*. Coruña: Editorial Toxosoutos, 2005. ISBN 84-96259-49-8.
- GOMES, Saúl António – “Cónegos Regrantes de Santa Cruz”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 429-434. ISBN 972-42-2313-2

GOMES, Saul António – “Cónegos Regulares de Santa Cruz”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 435-438. ISBN 972-42-2313-2.

GOMES, Saúl António – *In limine conscriptiones: documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*. Viseu: Palimage, 2007. ISBN 978-972-8999-29-2.

FERNANDES, Aires Gomes – *Os cónegos regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média: dos alvares de trezentos à Congregação de Santa Cruz*. [Em Linha]. Coimbra, 2011. Tese de doutoramento em História, especialidade de História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. [Consultado em 11/04/2023]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10316/20159>>.

DURAND, Robert – “I. Description du cartulaire”, “II. Saint-Sauveur de Grijó au temps de la Reconquête” e “III. Le domaine de Saint-Sauveur au milieu du XII siècle”, in *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles)* (introduction et notes de Robert Durand). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971.

MATTOSO, José – *A Escrita da História*. Lisboa: Temas & Debates / Círculo de Leitores, 2019. ISBN 978-989-644-597-3.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *D. José. Na sombra de Pombal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006. ISBN 972-42-3845-8.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. ISBN 978-972-31-1350-1.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *Os patronos do Mosteiro de Grijó (evolução e estrutura da família nobre – séculos XI e XIV)*. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, Lda, 1995. ISBN 972-96596-1-3.

POLÓNIA, Amélia – “A recepção do Concílio de Trento em Portugal”, in GOUVEIA, António Camões, BARBOSA, David Sampaio, PAIVA, José Pedro (coord.) – *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2014, pp. 41-58. ISBN 978-972-8361-60-0.

POLÓNIA, Amélia – *D. Henrique. O cardeal-rei*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005. ISBN 972-42-3586-6.

SEABRA, Ricardo Lema Sinde Rosmaninho – *Publicus tabellio in civitatis portugalensis: estudo sobre o tabelionado no Porto medieval (1242-1383)*. Porto, 2012. Dissertação de

mestrado em História Medieval e do Renascimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SEABRA, Ricardo Lema Sinde Rosmaninho – *O tabelionado na cidade do Porto no século XV*. Porto, 2020. Tese de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SILVA, António Pereira da – “Sigilismo”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, pp. 233-236. ISBN 972-42-2459-7.

SILVA, Maria João Oliveira e – *A escrita na catedral: a Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média*. Lisboa: CEHR – Centro de Estudos de História Religiosa, 2013. ISBN 978-972-8361-54-9.

RAMOS, Luís de Oliveira Ramos – “Iluminismo”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 414-418. ISBN 972-42-2383-3.

## Anexos

### Anexo 1

[1749]

Índice do tomo intitulado *Duasonis e mais titullos de bens do mosteiro de Griyo.*

A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fólhos não numerados.

Acceitação de ultima vida de hum prazo em Louroza por vertude de hum contrato feito com Gonçalo Alvez e sua molher que se acha a f 114 v e a f 118. Thomou o mosteiro posse	122	5
Aforamento dado pera sempre a Domingos Alvello e a outros do seu crasto de Silvalde	167v	27
Alvara d'el rey vejasse carta d'el rey		
Arrematação de hum meyo casal que o mosteiro thomou posse si sito na Granja que foi de Catharina Antonia	250v	13
Arrematação de hum cazal que foi de Izabel Fernandez e posse	256	14
Arrematação e posse de hum cazal de Catharina Antonia em Valga	268	1
Arrematação e posse de hum cazal de Bartolomeu Dias	272v	2
Arrematação de hum assento cazas e cortinha de Amador Rodriguez em S. Miguel do Soutto	295	10
Carta d'el rey Dom Dinis que manda que se torne ao mosteiro hum cazal	91v	16
Carta do mesmo rey que manda ao juis da Feira que deixe estar na posse ao mosteiro de des cazaes na Lagoa	170	29
Carta d'el rey Dom Affonso que manda às justiças que prohibam que nenhum cavalleiro e outras pessoas filhem serviços nem comedorias de Cortegaça	217	13
Carta d'el rey Dom Affonso que manda que nem cavaleiro nem dona e outros pouzem na igreja de Mózellos	104v	4
Carta d'el rey Dom Affonso que manda ao juis de Gaya que thome conhecimento de certa demanda	168v	28
Compra feita a Giraldo Domingues de huma herdade em Curveiros	4v	5
Compra da quebrada da Regedoura e huma caza na Ervilhaca a João Pires por composição	19	20
Compra da deveza do cortinhal a Estevão Pires e outros	28v	30
Compra de huma torrinha e assento em Morracezes a João Fernandez e sua molher	30v	31
Compra de humas cazas no lugar da Ervilhaca a Bastião Gonçalvez	32v	32
Compra de huma herdade em Nogueira da Regedoura a Soeiro Pedro	38v	2
Compra da sexta parte de hum moinho em Cerzedo a João Diogo e sua molher	48v	3

Compra da parte de hum moinho em Cerzedo a Lourenço Nunes	49	4
Compra de huma herdade em Cerzedo a Fernando Nunes e sua mulher	49v	5
Compra do que pertencia a Fernando Nunes em Cerzedo	50v	8
Compra de hum casal em Fontes freguesia de Cerzedo a Catharina Gonçalves	56	12
Compra de huma herdade em Cerzedo a Maria Estevão seu marido e outros	67	21
Compra de varias propriedades em Perozinho a João Martinz e sua mulher	88	10
Compra de varias leiras em Perozinho a Maria Martinz	89v	12
Compra de propriedades em Perozinho e Guitim a Estevão Silvestre e outros	88v	11
Compra de huma herdade em Perozinho a Payo Gonçalves	90	13
Compra de huma herdade em Perozinho a Maria Martins	90v	14
Compra de huma herdade em Perozinho a Payo Gonçalves e sua mulher	93	18
Compra que fes o mosteiro de Anse de hum casal em Louroza	113	1
Compra de huma herdade em Paço de Brandão a Maria Mendes e suas filhas	132v	2
Compra de propriedades em Paço de Brandão a Gonçalo Soares	133	3
Compra de bens em Paço de Brandão	133v	4
Compra de hum casal com a nona parte de Pouzada	153v	2
Compra de bens em varias partes que não declara bem	154	3
Compra feita a Fernando Paes de huma herdade no lugar do casal deste coutto	9	10
Compra de huma herdade a Estevão Pedro sem declarar adonde	155	4
Compra de tres sextas de huma herdade sem declarar adonde	155v	5
Compra da parte que Maria Pedro houve em Savarigo	156	6
Compra de hum casal que foi do Bodom sem declarar adonde	156v	7
Compra de huma herdade sem se declarar adonde	157	8
Compra do que Raymundo Garcia tinha em Pouzada, Silvalde e Savarigo	157v	9
Compra de bens sem declarar adonde	158	10
Compra de bens em Silvalde, Pouzada, e Savarigo a Gontrode Garcia	158v	11
Compra de huma herdade sem declarar adonde a Estevão Pires	159v	13
Compra de huma herdade sem declarar adonde	160v	15
Compra de huma herdade em Silvalde, Pouzada, e Savarigo a João Garcia	161	16
Compra de bens em Silvalde, Pouzada, e em Savarigo a Gontrode Garcia	161v	17
Compra de hum casal sem declarar adonde a Gontrode Garcia e seus filhos	162v	19
Compra de hum casal sem declarar adonde a Pedro Garcia	163	20
Compra do que tinhão Gontodre ( <i>sic</i> ) Garcia com seus filhos em Palacio de Silvalde, Pouzada, e em Savarigo	163v	21
Compra de huma herdade sem declarar adonde	164	22

Compra de duas leiras na Lagoa e na Bouça a Pedro Gonçalvez	165	24
Compra de dous cazaes do Arrabalde e Cacella os quais forão dados ao mosteiro pela doação fl 192 nº 4	194	6
Compra da sexta parte do lugar de Gondezende	195v	7
Compra de dous cazaes em Gondezende	196	8
Compra de bens em Esmoris	196v	9
Compra de bens em Cortegaça e Paderne des a estrada que vai para Santa Marinha e da hy para Cabanões	215	11
Compra de vinte e quatro alqueires de trigo por huns cazaes de Cortegaça a Servão do Cazo e sua moher	215v	12
Compra da herdade que tinhão Julião Juliani e sua molher em Sande e huma leira chamada a Bernalda	261	15
Compra de hum cazal em Vila Cova d'UI	327	4
Compra de huma herdade em Ulveira ( <i>sic</i> ) pegado a Feira	342	4
Compozição sobre hum cazal sito neste coutto	13v	13
Compozição entre os religiosos deste mosteiro e os da Companhia de Jesu sobre as cavadas no montado das Pedreiras e ficou a todos commum	95	21
Compozição com Moor Venegas que a cabeça do cazal chamado das Donas de Espargo se fizece onde ella morava	224v	1
Concerto vejasse na palavra escripto		
Confição que fes João Vermois de como este mosteiro devia haver do moyo de Ovar sinco soldos e outras couzas	235	3
Contrato sobre a deveza que ficou dentro da cerca deste mosteiro	11	12
Outro sobre o mesmo	24	26
Outro de quitação sobre o mesmo	25	27
Contrato por onde se largou ao mosteiro a terra do Monte do Lameiro pertença de hum cazal de Morracezes	26	28
Contrato com Gonçalo Alvez sobre huns cazaes em Lobão e outras partes	114v	3
Demanda com Martim Vicente e sua molher sobre certas herdades em Cerzedo em que se compozerão	68	23
Demanda com Gonçalo de Araujo sobre certa quantidade de pão em Perozinho em que se compozerão	79	4
Demanda com Gonçalo Alvez e sua molher sobre certos cazaes em Lobão e outras partes em que se compozerão	114v	3
Demanda com João de Moura sobre foros de hum cazal em Paço de Brandão em que houve compozição	136	7
Demanda com Dom Estevão prior do Hospital sobre a quintam da Torre e outras couzas em que se compozerão	140	9
Demanda com Martim Martinz e sua molher sobre herdamentos em Silvalde em que houve compozição	182v	37
Demanda sobre certos direitos de doze cazaes na honra de Cortegaça e por concordia se repartirão o que a cada hum pertencia	217v	14
Demanda em que se detriminou que os cazeiros de Cortegassa não fossem obrigados a fazer certos serviços a que os querião constranger	219	15

Demanda com humas pessoas herdeiras de Alvaro Affonso sobre herdamentos em Espargo e outros lugares	225	2
Demanda com o almoxariffe d'el rey sobre o modo e quantidade do pagamento das libras por pastarem os gados na jelfa de Ovar e por onde se detreminou quanto se havia de pagar por cada cabeça	242	8
Demanda sobre as tapagens da Agra em Cabanões	246v	11
Demanda com Rodrigo Annes de Sáa sobre a quintãa dos Grandões e outros bens em o destrito de Macieira	301v	12
Está outro instrumento sobre estes bens a f 304v		
Demanda que houve sobre a propriedade de hum cazal em Macieira	307v	15
Demanda com o procurador d'el rey sobre metade de hum herdamento da Insoa na freguesia da Gandara	321	6
Demanda com D. Maior Nunes sobre a Povia de Outorello deste couto	380	35
Demanda com o prior do Hospital de Rio Meão sobre o lugar do Chavão em Livães	44v	7
Demanda com hum almoxarife da raynha sobre huma herdade que fica para a parte de Curvadello	51	9
Demanda com o abbade de Silvalde sobre huma leira da Bouça em Silvalde	171	30
Demanda com o abbade de Silvalde sobre dizimos da granja de Savarigo	171v	31
Demanda com Martim Martinz sobre herdamentos em Silvalde e em Boelhe	172v	32
Demanda que houve sobre o lugar da Lagoa em Silvalde julgandosse ao mosteiro metade delle	168v	28
Demanda entre o mosteiro e hum cavaleiro sobre serviços que forão de Martim Rodriguez da Torre	236	4
Demanda com Martim João sobre huma herdade na Regedoura ou em Pouzadella de que fes dezistencia	50	7
Demanda com Sebastiam de Sá e sua moulher sobre o cazal da Riba de que fizerão dezistencia	135	6
Demanda com Gomes Peres escudeiro e sua molher sobre serviços e outras couzas que forão de Martim Rodriguiz da Torre de que dezistirão	237	5
Demanda sobre a quintaa do Soutto de que Violante Rodriguez fes dezistencia	306v	14
Dezistencia que fes Martim Rodriguez e sua molher de hum cazal em Soutto	299	11
Doação por onde D. Thereza filha do Emparador doou a este mosteiro o coutto de Grijó	1	1
Doação por onde parece que consta a fundação deste mosteiro	2	2
Doação por onde Suerio Formarigues deo muitas propriedades	3	3
Doação por onde D. Elvira deo huma herdade em Grijó	4	4
Doação que fes Maria Domingues de todos seos bens em Curveiros	5	6
Doação que fizerão Adão Lourenço e sua molher do que havião em Curveiros	5v	7

Doação que fes João Martinz clerigo de certas herdades na Ervilhaca <com obrigação de hum aniversario>	17	17
Doação de herdades em Casal Deita e Guitim	22v	22
Doação que fes Payo Martinz e sua molher de herdades em Casal Deita e Guitim	23	23
Doação de Nuno Soares e outros de terras em Grijó, em Nugueira e em Travanca e do casal de Real e de Lobello	36v	34
Doação de Anna Rodriguez de quanto tinha em Guitim e no Soberal de Servas e outras partes	38	Unico
Doação por onde este mosteiro houve dous cazaes do Arrabalde e Cacella que Moor Eannes mandou se comprarem e se lhe entregassem E a compra está a fl 194 nº 6	192	4
Doação que fizerão Domingos Esteves e sua molher e filha do que lhe pertencia no casal da Cal	60v	14
Doação ou instramento de renúnciação por onde consta haver este mosteiro certos bens de Vicente Simões e sua molher Tarega Martinz com obrigação de anniversario e estar huma alampada aceza em Santa Maria	61v	15
Doação feita por Domingas Esteves do que lhe pertencia nos bens de seo marido o dito Vicente Simões	62v	16
Doação feita por Gonçalo Vicente e sua molher do que lhes pertencia da parte de seo pay o dito Vicente Simões	64	17
Doação que fes Menendo Vidal de varias leiras em Fontanella, Fradezameiros e Cabeceiros	67v	22
Doação que fes Maria Martinz do que tinha em Paço	70	25
Doação de Maria Soares do que tinha em Sergueiros e em Redondella	86	7
Doação de Pedro Estevão de huma herdade em Sergueiros	87	8
Doação de Martim Domingues de todos os herdamentos que tinha em Sergueiros	87	9
Doação de Payo Paes de huma herdade em Guimarães freguezia de Perozinho	93v	19
Doação que fes Frolença Annes de huma seara e cazas em Mozellos	103	2
Doação de Gil Esteves Douttis de huma cazaria que já tinha dado a dita Frolença Annes	104	3
Doação de Maria Soeiro de huma herdade na Lavandeira em São João de Ver	125v	3
Doação de Maria Pires de tudo o que tinha em Paço de Brandão	149	11
Doação de Fernando Garcia e sua irmãa Orraca Garcia do que têm em Silvalde e outras partes	153	1
Doação de huma herdade sem declarar adonde	164v	23
Doação de Domingos Esteves e sua molher da 3ª de seus bens em Silvalde	165v	25
Doação de dous cazaes em Cacella de Esmoris	193	5
Doação por onde consta que D. Costança ( <i>sic</i> ) filha d'el rey Dom Sancho doou a este mosteiro o direito de padroado da igreja de Cortegaça	200	1

Doação de D. Maria Affonso religioza do mosteiro de Arouca do que tinha em Cortegaça	211v	6
Doação que fes Donna Maria Paes de hum cazal em Cortegaça	213v	9
Doação de bens em Cortegaça	214	10
Doação de D. Elvira Paes de propriedades em Cortegaça e outras partes	233	17
Doação de Gonçalo Eannes de hum talho da Marinha em Ovar	234	1
Doação de Estevão Ferreiro e outros da marinha do Talhadouro em Cabanões	245v	9
Doação de Domingos Joanes e sua mulher do seu terreno em Cabanões	246	10
Doação de Guiomar Mendes do direito de padroado da igreja de São Miguel do Soutto	283v	1
Doação de Fernão Gonçalvez Chancinho e sua mulher D. Maria Affonso de muitos bens em Macieira e outras partes com obrigação de missa	284	2
Doação de Pero Durão e Margarida Mendes da rothea de tras o moinho e outras couzas	287v	3
Doação de Affonço Alvez cavaleiro de todo o herdamento que havia em Macieira	289v	4
Doação do prior Lourenço Jujães de toda a herdade que tinha em Macieira chamada a quinta dos Grandões	290	5
Doação de Affonço Rodriguez e sua mulher Constança Vasques de varios bens em São Miguel do Soutto por anniversario annual	291v	6
Doação do mesmo Affonço Rodriguez de toda a parte de bens da dita sua mulher no julgado da Feira	293	7
Doação de Affonso Fernandez e Moor Migueis de hum herdamento em Macieira	294	9
Doação de Pedro Gonçalvez do que tinha em Maçada	312v	1
Doação de Leonor Esteves das Medas de todo o seo cazal em Besteiros com obrigação de missas	313	2
Doação de Leonor Esteves das Medas de huns direitos pello cazal de Maçada com obrigação de missas	318	4
E no nº seguinte está a posse		
Doação de hum cazal em São João da Madeira	335v	4
Doação de Affonso Rodriguiz de bens que tinha na Feira	336	1
Doação que fizerão huns testamenteiros de Gil Lourenço e sua mulher Senhorinha Annes de varios bens no julgado da Feira com missas	337v	2
Doação dos mesmos testamenteiros de muitos bens no julgado da Feira com missas	340	3
Doação de hum herdamento em Sergueiros de Perozinho: vejasse no livro dos prazos antigos em Perozinho no nº 3. No livro 2º das Apresentações das Igrejas a fl 147 the f 152 e a f 103 estão outras doações aonde se podem ver.		
Escripto feito por João Alvez Pereira por onde se obrigou pagar a Gonçalo Camello e seus herdeiros o foro que o mosteiro havia de dar	113v	2
Escriptura vejasse a pallavra instrumento		

Escambo feito entre este mosteiro e Salvador Pires e outros sobre a deveza e terra por onde vai o muro da cerca	11	12
Escambo de certas terras no lugar do cazal deste coutto	14v	14
Escambo com Pedro Godino e sua mulher por onde veyo ao mosteiro huma herdade em Cazal Deita	23	24
Escambo por onde este mosteiro deo ao dito Pedro Godino huma herdade pella sua	23v	25
Escambo com o arcebispo de Braga por onde vierão ao mosteiro humas propriedades em Nogueira da Regedoura e em Pouzadella	39	3
Escambo com o bispo do Porto por onde o mosteiro houve humas cazas em Brandaris alias cazarias	81	5
Escambo com Pedro Pelagio por onde o mosteiro houve metade de hum cazal em Cerzedo	50	6
Escambo com João Alvez Pereira retro nomeado por onde o mosteiro houve quarenta alqueires de senteyo para sempre em huns cazaes de Seitella	105v	5
Escambo com o convento de Arouca por onde este mosteiro houve hum cazal em Cassufas e huns herdamentos em Nogueira	112	1
Escambo com Garcia Odoris e sua mulher por onde este mosteiro houve huma herdade abaixo de Seitella	134v	5
Escambo com Martim Peres d'Alvim e sua mulher por onde este mosteiro houve o cazal novo em Guitiande e outras propriedades em varias partes	167	26
Escambo com Leonor Esteves das Medas por onde este mosteiro houve meyo cazal em Sá de Maçada e outras couzas	316	3
Escambo com Lourenço Martins do Buval e sua mulher por onde o mosteiro houve dous cazaes em São João da Madeira	327v	1
Igreja do Salvador de Grijó para ella ou para seu parochó foi por sentença condemnado hum homem a que pagasse dous alqueires de trigo annualmente	20v	21
Igreja de Silvalde. Sobre a confirmação de parochó nella houve huns requerimentos	150	
Igreja de Silvalde. Sentença que houve sobre a colheita	173v	33
Igreja de São Cybrão de Paço de Brandão. Nella se confirmou a apresentação do mosteiro	131v	1
Igreja de Cortegaça. Adotou D. Constança filha d'el rey Dom Sancho a este mosteiro	200	1
Está huma sentença de padroado a f 203 v		
Na mesma foi confirmado parochó	200	1
Na mesma se confirmou parochó	200v	2
Na mesma se confirmou parochó	201	3
Igreja de São Miguel do Soutto. Adotou a este mosteiro Guiomar Mendes filha de Meem Soares	202	4
Igreja de Perozinho. Nella se collocou o Santissimo Sacramento	283v	1
Inquirição tirada a requerimento de certas pessoas por lhe derrubarem os vallos de hum cazal em Villa Nova a par de Rio Meão e Rio Tinto	143	1

Instituição vejasse a palavra igreja		
Instromento por onde se mostra que huns cazaes vinhas etc. de Paço d'aquem da Feira herão exemptos de pagar para a quintã do Hospital	127	5
Instromento sobre humas cazas e assento de Fontes em Cerzedo e o cazal da Figueira	53	11
Instromento de dimitição que fizerão Rodrigue Annes da quinta dos Grandões	304v	13
Achasse outro instromento sobre os mesmos bens a f 301v		
Instromento por onde se deixarão livres ao mosteiro huns cazaes pinhorados em Cerzedo	69	24
Instromento de dimitação que fes hum Gonçalo Esteves de huma vinha na Lavandeira deste coutto	15	15
Instromento de obrigaçam por onde se obrigarão João Annes e Jorge Pires a tapar huns vallos em Silvalde	180v	36
Obrigaçã vejasse assima a palavra instromento		
Posse de hum cazal e duas cazarias em Curveiros deste couto	8v	9
Posse de hum cazal em Morracezes deste couto que foi de Pantaleão Gonçalvez	27v	29
Posse de huma quintam em Sergueiros de Perozinho	92v	17
Posse de tres cazaes em Louroza, Lobão e em Duas Igrejas	118	4
Achasse o contrato disto a 114v nº 3		
Posse de hum cazal em Gueifar freguezia de S. João de Ver	130	7
Posse dos bens que deixou Martim Rodriguez cavaleiro da Torre	187v	2
Achasse o testamento a f 183v nº 1		
Posse de quatro cazaes em Lavandeira de Cadinha	282v	6
Posse do cazal de Mouquinho em São Vicente de Pereira	309	3
Posse de hum cazal e cazarias em Curveiros	6	8
Provizão d'el rey vejasse na palavra carta		
Renunciaçã de huma reção e de certas herdades e cazaes sitas em Morracezes deste couto e Cornadello	9v	11
Renunciaçã de hum cazal no Loureiro deste couto	16	16
Renunciaçã de hum prazo na Ervilhaca	17v	18
Renunciaçã de hum prazo na Ervilhaca	18	19
Renunciaçã de hum quarto de cazal e cortinha	33v	33
Renunciaçã de huma quebrada e cazas com seo curral	52v	10
Renunciaçã de um cazal	70v	26
Renunciaçã de hum terço dos passaes da igreja de Perozinho	76v	2
Renunciaçã de hum herdamento em Sergueiros de Perozinho	91	15
Renunciaçã f 61v: vejasse doaçã		
Senntença que manda dar posse de hum cazal e cazarias em Curveiros	6	8
Senntença que manda que cada fregues desta igreja de Grijo pague hum alqueire de trigo chamado deleite e outro de primicia annual	20v	21
Senntença que manda que se não impida a agoa que vem para a igreja de Cerzedo	71	27
Senntença que mandou despejar certo homem dos passaes da igreja de Perozinho	77v	3

Senntença f 91v vejasse a palavra carta		
Senntença sobre a agoa que nasce ao pé do monte de S. Bartolomeu	100	22
Senntença contra Baltazar Pinto que pagasse os foros da quintam de Mozellos	109	6
Senntença que manda restetuhir humas herdades em S. João de Ver	125v	4
Senntença que manda abrir hum caminho para hirem por ele os moradores de Paço da Feira	128v	6
Senntença de composição na demanda que houve com João de Moure sobre foros de hum cazal em Paço de Brandão	136	7
Senntença que manda que o mosteiro haja sincoenta libras pella quintam de Paço Velho que deixarão Martim do Valle e seos pays	137v	8
Senntença sobre a Povia de Rio Maior de que se pedia certo direito a quintam de Mozellos	147v	2
Senntença que julga o monte das Fojacas he pertença da quintam e cazaes do mosteiro em Rio Meão	147v	2
Senntença sobre a colheita da igreja de Silvalde	173v	33
Senntença que manda restetuhir hum cazal chamado de Guille	174v	34
Senntença sobre o caminho de Mamoellas detreminando o modo como hão de correr as leiras deste mosteiro e as de Cedoffeita	178	35
Senntença sobre o cazal de Cacella em Esmoris	197	10
Senntença que mandou tapar hum campo em Gonçe para evitar damnos	198v	11
Senntença sobre o cazal de Cacella a respeito de certa terra que devia servidão para elle	199v	12
Senntença sobre o padroado da igreja de Cortegaça	203v	5
Senntença por onde se mandou largar as propriedades de hum cazal em Cortegaça e posse dellas	220v	17
Senntença contra os padres da Companhia que largassem a posse de hum cazal de Guilhe em Paramos	229	2
Senntença que manda pagar hum dia de geira por trazer huma herdade da Cortinha Morta no lugar da Arruella. E mais outras geiras na marinha do mosteiro ou thomar as egoas	240	6
Senntença que manda tirar humas tapaduras com que se impedião as entradas e sahidas de dous cazaes no lugar de Arruella	241	7
Senntença na demanda que houve com o conselho de Cabanões sobre as tapagens das herdades do mosteiro	248	12
Senntença na demanda que houve com os cazeiros dos cazaes de Açoes por thomarem huns montados sem pagar foro delles	261v	16
Senntença sobre o dominio de huma quebrada em Degarei	277v	3
Senntença na demanda que houve com o abbade da Feira sobre humas leiras e outras couzas e sobre a partição de Ul e Briçoza	324	2
Senntença que manda restituir o Chão do Soutto em S. João da Madeira e posse	330v	2
Senntença que se não embargue a agoa com que regão duas povoaas da Fontainha e do Cervinho na Vila da Feira	334v	3

Senntença que manda se senão pagarem des soldos que não passe a agoa pelas herdades do mosteiro para hum moinho da igreja da Vila da Feira	343	5
Senntença com o procurador d'el rey e o conde da Vila da Feira sobre os maninhos	343v	6
Senntença que julgou que o Rio de Liama não hera navegavel e que o cazal do Pumar no destrito da Feira não devia direitos reaes	361v	7
Senntença contra o conde da Feira que este arrecade os seos direitos pelos cazaes do mosteiro e não pelo mesmo mosteiro	369	8
Senntença contra o senhor da terra da Feira sobre couzas que forçazamente levava	374	9
Senntença sobre serviços em Ovar e Cabanões e outras partes	236	4
Senntença que mandou que hum vigario de Cortegaça em nome de Rodrigo Affonço não constrangesse os cazeiros do mosteiro a lhe levarem recados nem outras couzas	219	15
Senntença sobre as tapagens da Agra e Lavoura de Cabanões	246v	11
Senntença que julga ao mosteiro humas leiras em Degarei	281	4
Senntença por onde se julgou ao mosteiro as propriedades de hum cazal em Macieira	307	15
Senntença que julgou que metade do herdamento da Insoa na freguesia da Gandara hera do mosteiro e a outra d'el rey	321	6
Testamento em que Anna Rodrigu3z deixou quanto lhe pertencia em Guitim e no Soveral de Servas, e em Cazal Deita e em Ranamá	37v	1
Testamento em que Ines Affonso deixou a quinta de Pouzadela e hum quarto de cazal em Soutello	40v	4
Additamento ao mesmo	41v	5
Testamento em que Lourenço Martinz deixou a quinta de Pouzadella por missas e outros bens	43	6
O testamento de Gonçalo Annes irmão de Lourenço Martinz está a f 51 13º		
Testamento em que Menendo Segerio deixou huma herdade em Guitizande	47v	1
Testamento em que Maria Midis deixou huma herdade em Cerzedo	48	2
Testamento em que Nuno Soares e sua molher deixarão varias herdades em Almeara e Nogueira e outras partes	65v	18
Testamento em que Maria Soeiro com seu filho deixarão o lugar da Figueira e deo mais cazal e meyo por hum em Gayate	66	19
Testamento de Ero Dias que deixou certos bens em Crasto	94	20
Testamento de Menendo Affonso em que deixou herdades em Mozellos, em Valladares, e em Vila Cham athe o mar	102v	1
Testamento de Pero Gonçalvez e sua molher em que deixarão huma herdade na Lavandeira freguesia de Sever	124	1
Testamento de Ouzinda Gonçalvez que deixou dous cazaes na dita Lavandeira	124v	2
Testamento de Urraca Garcia que deixou tudo o que tinha em Silvalde, Pouzada e em Bouça	159	12

Testamento de Urraca Garcia que deixou huma herdade em Silvalde e em Bouça	160	14
Testamento de Urraca Garcia que deixou tudo o que tinha em Silvalde, Pouzada, Savarigo, e em Bouça no ecclesiastico e secular	162	18
Testamento de Pero Gonçalvez que deixou duas leyras na Lagoa e na Bouça	165	24
Testamento de Martim Rodriguez cavaleiro da Torre que deixou muitos bens em Esmoris e outras partes com obrigaçam de missas	183	1
A posse que se thomou dos ditos bens está f 187v nº 2		
Testamento de Pedro João que deixou bens em Paço e em Gondezende, e Torre, e Saide	191v	3
Testamento ou entrega de dous cazaes a este mosteiro sitos no Arrabalde e em Cacella que se comprarão para comprimento da vontade de Moor Eannes	192	4
E a compra delles está a f 194 nº 6		
Testamento de Martinho Pires que deixou hum cazal e metade de huma vinha em Cortegaça	213	8
Testamento de Roy Lourenço que deixou bens em Paramos, no Forno e na Bouça e em Brandara e Canidello	227v	1
Testamento de Fernão Paes que deixou toda a sua herdade em Ovar e a sua parte da igreja de Cabanões	234v	2
Testamento de Affonço Lourenço que deixou bens parece que em Macieira	294	8
Testamento de Egea Godino que deixou dous cazaes no Outeiro e em Trofin freguesia de S. Vicente de Pereira	308	1
Testamento de Fernão Pelagio que deixou metade do seu lugar chamado Cazal e no lugar de Pereira freguesia de S. Vicente de Pereira	308v	2
Testamento de Constança de Degarei que deixou bens em Oiriçoza freguesia de Ul. E a respeito do cazal de Adaes vejasse	321v	1
Testamento de Orraca Affonço que deixou hum cazal em Brafemes	326	3
Venda vejasse a palavra compra		

## Anexo 2

9, abril, 1749 – cartório e mosteiro de São Salvador de Grijó.

Termo de encerramento do tomo intitulado *Duasonis e mais titulos de bens do mosteiro de Griyo*.

A.N.T.T., Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro do Salvador de Grijó, liv. 43, fl. 382 a 383v.

**(Fl. 382)** Aos nove dias do mes de abril de mil e setecentos e quarenta e nove annos neste mosteiro do coutto de Griyo e cartorio dele aonde veyo o doutor Luis Veloso de Miranda profeço da hordem de Christo e provedor da comarca do Portto comnosco tabalianis (*sic*) João Barboza de Almeyda que o sou destte mesmo cartorio e Bernardo Soares de Mello tabaliam deste concelho de Gaya e seus couttos para effeito de se fazer conferencia observação e exzame **(fl. 382v)** em todos os treslados dos papeis duasonis (*sic*) alvaras e mais decomentos pertensentes a este (*sic*) mosteiro que por estarem lavrados em purgaminhos e papeis antigos e letras que per antigas e carateres embarasados sam defecultosos de ler e munto mais o seram pelos tempos adiente se reduzirão a letra comua e ordinaria do presente tempo em vertude da provizão de sua magestade concedida aos conigos regulares de Santa Crus de Coimbra da qual he este mosteiro he expendida em tres de setembro de mil e setecentos e quarenta e tres copiada no tomo dos treslados dos privilegios dos Sumos Pontifices e jurisdicção eclesiastica cujo original se acha no cartorio do rial mosteiro de Sam Vicentte de Fora de Lixboa e na forma da mesma provizão comferimos observamos e exzaminamos na prezença e com ele douttor corregedor todos os papeis duasonis e mais decomentos que se acham treslados neste mesmo tomo cujo titulo he = Duasonis e mais tytulos dos bens do mosteiro de Griyo tomo primeiro que tem trezentos e oitenta e tres com a que acaba este termo de exzame que todos vam rubricados a margem cada hua por ele douttor corregedor com o seu sobrenome Velozo e principia este livro fora o indes dos titulos no primeiro que he a duação deste coutto de Griyo e acaba em outro que he hua duação feita a este mesmo mosteiro por João de Loure e sua mulher Estebanhia Mendes e comtem este dito tomo duzentos e sesenta e sete titulos e folhas trezentas e oitenta e tres com a destte termo. E sendo lidos todos os decomentos originais que se acharão no dito cartorio treslados neste tomo por Manoel Joaquim Pereira **(fl. 383)**

do Vale baxarel formado na Faculdade dos Sagrados Canones por ser piritto em ler letras antigas ao qual ele corregedor emcarregou que de bayxo do juramento do seu grao fielmente os lece e declarase as palavras em que achase algua duvida pelo embaraço das ditas letras para se lhe dar a providencia que na dita provizão se lhe detremina o que prometeo asim cumprir achamos estar os ditos treslados todos conformes com os originais os quais suposto deficultosos de ler pelas suas antiguidades contudo exzaminados pelos mesmos treslados na mayor parte se deixam bem preseber dele douttor corregedor e nós tabalianis e a alguas palavras mais deficultozas lhe demos o sentido em que todos concordamos conforme os caracteres e conteixtura<sup>258</sup> na forma da mesma provizão. E outras palavras que sam menos em numaro que se não poderão ler por estarem consumidas com a antiguidade dos tempos e asim outras per os purgaminhos se acharem rotos se não tresladarão e nos lugares dellas vam huas riscas com resalva e declaração no fim de cada hum dos treslados aonde faltão os quais todos vam sem burrão entre linha nem couza algua que sustancialmente faça duvida de que tudo damos nos tabaliães fé. Em testemunho de verdade o signamos com ele douttor corregedor e com ele dito baxarel Manoel Joaquim Pereira do Vale de nossos degnais publicos e razos de que uzamos era ut supra. Eu sobredito João Barboza de Almeida tabaliam que o escrevy. E declaramos que não fação duvida as inmendas seguintes que sam a saber a folhas vinte e sinco verso onde dis = onde se fes o muro = e a folhas trinta e oitto verso onde dis = Petri = e a folhas corenta e nove verso ad finem a palavra enmendada que dis quadregesima e a folhas sincoenta e hua (**fl. 383v**) a palavra emmendada = oito = como tambem não faça duvida a folhas secenta e sete estar este algarismo repetido per que tudo achamos emmendado na verdade no acto desta conferencia e exzame e no fim de cada hum treslado deste tomo vam posttas duas aspas que mostrão findar se nelas e tal treslado de que de tudo nos tabalianis damos fe. Eu sobredito tabalião o escrevy e declarey.

*(Assinatura)* Luis Vellozo de Miranda. O nº 167 vay dobrado por erro. Não faça duvida.

*(Assinatura)* Em testemunho de verdade *(sinal notarial)* *(sinal raso)* João Barbosa de Almeida

---

<sup>258</sup> Inicialmente foi escrito “conteistura”.

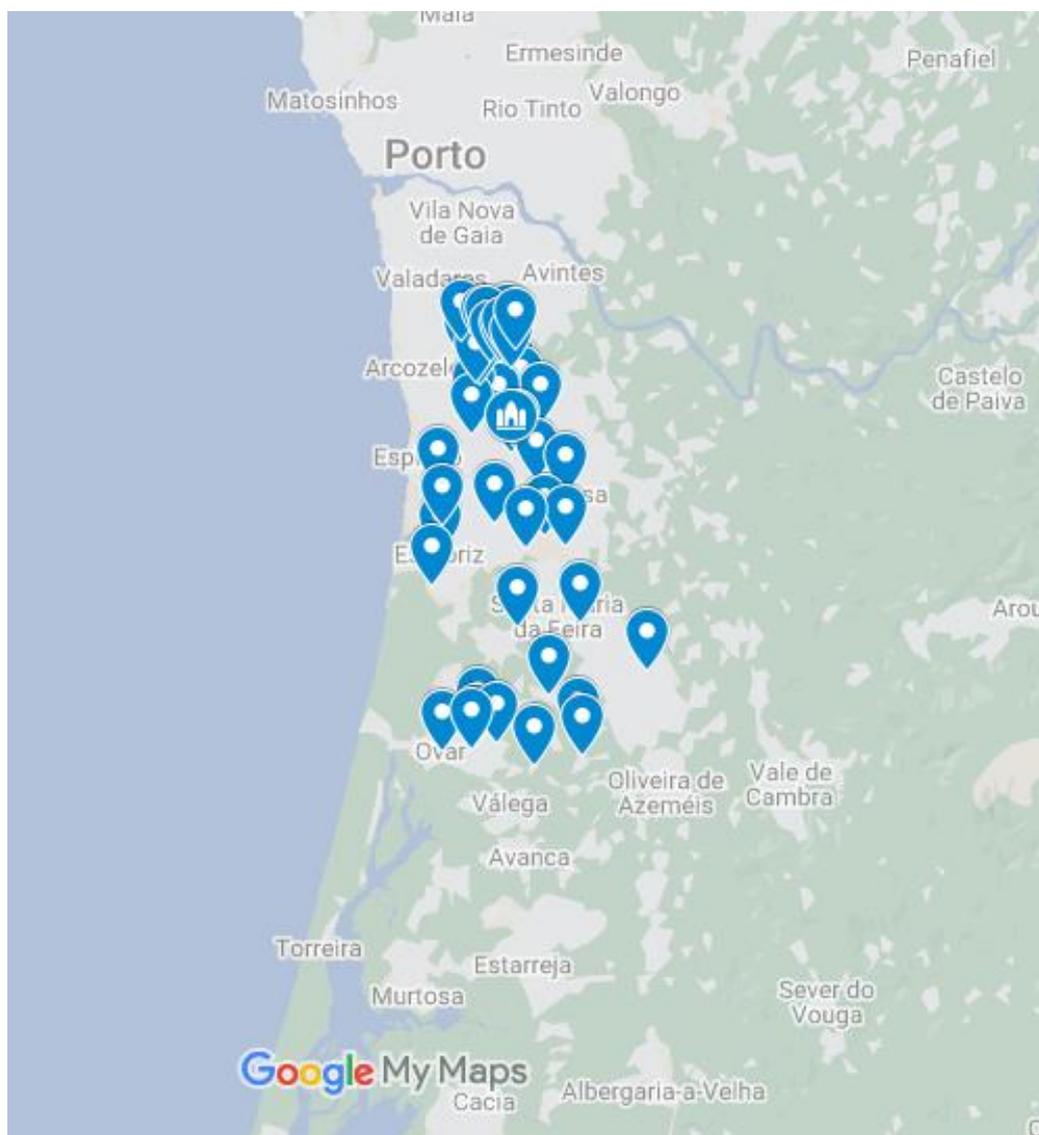
*(Assinatura)* Manoel Joaquim Pereira do Valle

*(Assinatura)* Em fe e testemunho de verdade *(sinal notarial)* *(sinal raso)* Bernardo Soares  
de Mello

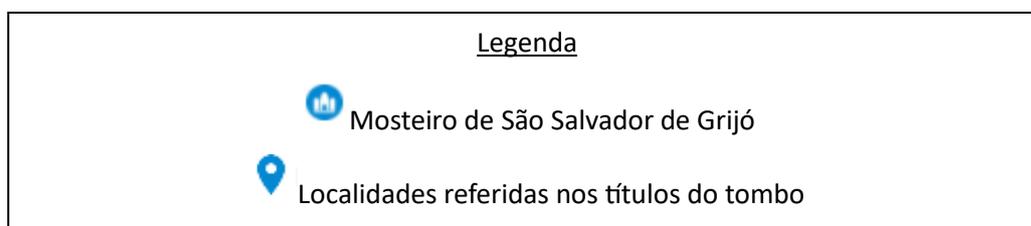
*(Assinatura)* Castro

### Anexo 3

Mapa 1 – Localidades referidas nos títulos do tombo<sup>259</sup>.



(Mapa da autoria de Ana Catarina Fernandes Pinto com recurso à ferramenta *Google My Maps*)



<sup>259</sup> Não foi possível localizar: *Lugar do Casal deste couto* (de Grijó), *Livães*, *Passos*, *Passaes*, *Anta*, *Degarei* e *Santa Maria de Ul*.

## Anexo 4

Gráfico 4 – Tipologia dos documentos copiados no tombo

